

Acção Socialista



N.º 1289 17 Setembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Novas Fronteiras OPORTUNIDADES PARA TODOS



Federação de Setúbal

10



Vítor Ramalho:
“O PS tem um projecto claro para o distrito”

Entrevista

2



Correia de Campos:
“O nosso sistema de saúde é dos melhores do mundo”

Entrevista

19



Vitalino Canas:
“O grande objectivo da presidência portuguesa passa pela assinatura do Tratado de Lisboa”

PES

CONFERÊNCIA ANUAL DAS MULHERES DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

“A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO”

CENTRO DE REUNIÕES DA FIL
PARQUE DAS NAÇÕES, LISBOA, 3 DE OUTUBRO

Mais informações em www.pse.org ou www.mulheres.ps.pt

Página 20

“O nosso sistema de saúde

Com o actual Governo a prestação dos serviços públicos de saúde obteve ganhos tão elevados e uma cobertura tão generosa como nunca antes se verificou.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Correia de Campos confirma que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) assegura actualmente préstimos que não consagrava e a custos substancialmente mais reduzidos quer para os utentes, quer para o Estado.

Segundo o ministro da Saúde, o objectivo do Governo sempre foi o de evitar o descontrolo financeiro e o conseqüente colapso do SNS, cenário que na sua perspectiva só iria favorecer o sector privado.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O socialista António Arnaut, considerado por muitos como o “pai” do Serviço Nacional de Saúde, dizia há poucas semanas, numa entrevista a um jornal nacional, que o actual Governo estava a matar o Serviço Nacional de Saúde.

Sente-se o responsável pela extinção do SNS ou estaremos, porventura, perante uma análise política pouco sustentada?

Sou há muitos anos amigo do António Arnaut. Fui, aliás, um dos seus colaboradores à época em que ele teve responsabilidades governativas. Tenho por ele o maior respeito e amizade. Trata-se contudo de uma pessoa pouco disponível para rever ideias feitas, à luz de novos dados. Tenho-lhe facultado, durante as várias conversas que temos tido, toda a informação necessária. Caso ele a tivesse lido e estudado com atenção, facilmente reconheceria que o compromisso público na saúde, actualmente e com este Governo, em particular, é o maior de sempre.

O Estado gasta, presentemente, na saúde algo que nunca gastou, tanto em termos absolutos, como relativos. Esta não é uma presunção minha, mas antes um facto comprovado pelos números.

Há cerca de vinte anos, segundo dados da OCDE, a parte privada (família) contribuía para o SNS com cerca de 44 por cento das despesas totais e o Estado punha o restante. Hoje, o panorama apresenta um quadro substancialmente inverso e os encargos das famílias não ultrapassaram os 28 por cento (2004). Nota-se, portanto, uma crescente responsabilização do Estado face às suas obrigações de financiamento público do sector da saúde. E se é verdade que sempre que a direita assume responsabilidades governativas, o Estado baixa o financiamento público na saúde, também está demonstrado que sempre que a esquerda é eleita para governar o país, o SNS volta a beneficiar de um maior esforço público. Ora poucos governos, desde

o 25 de Abril de 1974, e sobre isto não tenho qualquer dúvida, canalizaram tanto investimento público para a saúde como o actual.

Então, a acusação segundo a qual este Governo está a entregar a saúde de mão beijada aos privados, descapitalizando o SNS, não lhe merece nenhuma credibilidade?

Absolutamente nenhuma. Não fora a gestão criteriosa que estamos a empreender no SNS, gastando melhor, sem todavia gastar menos, ele estaria a ser destruído, algo que jamais permitiríamos, porque tanto para o Governo, como para mim ele é e vai continuar a ser uma das nossas mais importantes bandeiras políticas.

Tenho a certeza de que, a acontecer um descontrolo do SNS, algo, repito, que nunca iremos permitir que aconteça, só serviria os interesses dos que apostam nas insuficiências do sector público. O que posso garantir aos portugueses é que com este Governo o SNS será uma instituição ainda mais forte, segura e sempre ao serviço da população.

Quando fala numa gestão criteriosa quer dizer exactamente o quê?

Alguns exemplos: não permitir que existam horas extraordinárias em excesso. E neste particular, quero sublinhar que detectamos a prática corrente de horas extraordinárias que não se justificavam em absoluto. Perfaziam mesmo, na nossa opinião, um perfeito abuso.

Hoje sabemos e temos informação objectiva, de que havia médicos escalados para horas extraordinárias que nem sequer punham os pés no hospital. E não foram dois ou três ou quatro os casos que detectámos. Era algo que se estava a tornar banal. Hoje existe controlo sobre o trabalho extraordinário. Aqui temos já um primeiro ponto a favor de uma gestão mais apertada e mais rigorosa com ganhos evidentes, quer para utentes, quer para o Estado.

Por outro lado, deparamo-nos também com uma preocupante



permissividade em relação aos recrutamentos, sobretudo aqueles que eram abertos de três em três meses, já que não havendo quaisquer requisitos para esse recrutamento, recorria-se, como norma, a conhecidos, amigos ou a familiares. Esta prática não é adequada numa sociedade democrática e tivemos que acabar com ela. Aqui está mais uma medida que concorre para ajudar a melhorar a gestão e a baixar as despesas.

Também em relação à política do medicamento não tenho dúvidas que temos vindo a desenvolver um trabalho de interesse público.

Nenhum Governo baixou, em dois anos sucessivos, 6 por cento do custo do preço dos medicamentos de venda a público como nós fizemos, e isto tanto em 2005 como também já este ano de 2007. Nunca tinha sido feito por Governo algum.

Mas se esta última medida, por exemplo, é considerada por todos como uma boa iniciativa do seu Ministério, importa saber se ela implicou algumas cedências do Governo aos interesses dos laboratórios ou à Associação das Farmácias.

Não houve qualquer cedência ou qualquer tipo de compensações para se poder ter atingido este objectivo, que hoje representa já

uma realidade. Nem sempre o que se ouve coincide com a verdade e profetas da desgraça sempre houve. Temos que saber viver com essa realidade.

O que se passou foi algo de muito mais simples e transparente: o Governo foi firme e intransigente nos seus propósitos e na sua vontade no sentido de avançar com estas e outras medidas que se traduzem hoje num efectivo corte das despesas públicas com a saúde, como os inerentes benefícios para os utentes. Os parceiros sociais compreenderam a nossa razão e determinação.

E todos estes resultados foram alcançados depois de negociações ou foram medidas impostas de forma unilateral?

Este Ministério desde que tomou posse, há cerca de dois anos e meio, nunca avançou para nenhuma decisão sem antes ouvir todas as partes. Naturalmente que ouvimos e negociamos com os diversos parceiros também sobre este assunto, não deixando contudo de ser firmes.

O resultado prático está hoje à vista de todos. Pela primeira vez, em mais de 30 anos, fomos capazes de reduzir o preço dos medicamentos.

É claro que foi necessário proceder-se também a pequenos ajusta-

“O Governo aprovou, já este ano, um novo decreto-lei dirigido aos idosos realmente pobres, os beneficiários que têm rendimento abaixo do limiar dos 360 euros de pensão mensal. Para esses criámos um sistema especial de comparticipação de 50 por cento da parte não comparticipada. Algo que também não existia. Como também não existia a comparticipação, que passou a haver, quer para as próteses auditivas, oculares e dentárias

é dos melhores do mundo”



meses ou anos como era norma nestes casos?

Neste momento já é um processo muito fácil e desburocratizado. Não vão ter que esperar muito tempo. O sistema está, aliás, articulado com a Segurança Social, através do complemento solidário de pensão. Conhece-se o número dos beneficiários que se podem enquadrar neste novo sistema, cerca de 35 mil, com tendência a subir, razão por que tenho a certeza que não vão haver problemas de morosidade nos reembolsos.

O que pretendemos, neste como nos restantes casos relacionados com a política de saúde, é sermos o mais possível selectivos. Não podemos dar tudo a todos. Tudo, só àqueles que efectivamente precisam e que não dispõem de meios económicos suficientes. Para esses o Estado tem de ter uma preocupação acrescida e terá sempre de responder presente.

Tudo a todos não é mesmo possível?

Claro que não. Era aliás altamente injusto que assim fosse. As famílias da classe média alta e alta têm, como todas as outras, o mesmo benefício, por exemplo, em relação à política do medicamento, mas já têm que pagar as taxas moderadoras das quais está isenta cerca de 55 por cento da população pertencentes aos grupos etários, sociais ou epidemiológicos que têm necessidade de protecção.

O Governo tem vindo a ser acusado pelos partidos à esquerda do PS de estar a privatizar a saúde. Há alguma verdade nesta tese?

A oposição tem sempre todo o direito de dizer o que lhe vier à cabeça. Mas tanto neste particular como na maioria das críticas que nos têm vindo a fazer, não tenho vislumbrado nenhuma razão substantiva para nos desviarmos do caminho que traçámos.

Nem este nem nenhum Governo anterior alguma vez dispuseram da possibilidade legal de evitar ou de proibir que a iniciativa privada abra uma unidade hospitalar, uma clínica ou qualquer outro estabelecimento ligado à saúde.

Temos uma economia aberta, mesmo que isso custe a algumas pessoas ou a alguns partidos políticos. O que eu fiz, enquanto ministro da Saúde, foi evitar a deterioração do SNS. E penso que o estamos a conseguir com sucesso.

O SNS continua, portanto, como uma prioridade para este Governo?

Alguns actores económicos alimentaram, porventura, a esperança que o SNS entrasse em colapso para que a partir daí lhes fosse fácil erguer, sobre os seus escombros, um sistema privado obrigando ou coagindo o Estado a celebrar com eles as necessárias convenções.

Este modelo, que esteve implícito em declarações públicas de alguns empresários, sempre mereceu da minha parte e da parte deste Governo uma frontal oposição.

Tive já aliás oportunidade, a este propósito, de afirmar publicamente que o sistema privado de saúde é em Portugal, tal como determina a Constituição, supletivo em relação ao serviço público e não, como alguns querem fazer crer, alternativo.

Há notícias que relatam a saída de um número significativo de médicos do SNS. O que se passa a este propósito?



São notícias que não só não correspondem à verdade, e as estatísticas provam-no, como tem sido exactamente o contrário que se tem verificado.

Ao todo foram 11 os médicos que abandonaram um dos grandes hospitais do Serviço Nacional de Saúde, poucos, muito pouco, portanto, em todo o país.

Em contrapartida há centenas de outros que todos os anos entram no sistema público.

O meu desejo é que todos aqueles que de facto têm intenção de sair o façam o mais depressa possível. Outros tomarão o seu lugar, pois há excelentes profissionais, em segunda linha, à espera de uma oportunidade.

Mas uma eventual sangria de médicos veteranos pode ou não criar alguns problemas ao sistema?

Pelo contrário. Pode até ser uma excelente solução. Não na perspectiva de uma sangria, uma vez que não há nem vai haver nenhuma saída em massa de médicos ou de outros profissionais de saúde do serviço público. O que é importante é que os profissionais que querem por vontade própria abandonar o SNS o façam se sentirem mais satisfação no privado que no público. Não podemos é estar constantemente a tentar

gerir conflitos de interesse público-privados, que não ajudam em nada a estabilizar o SNS.

Mas a saída verificada até agora é ou não significativa?

Não, não é de todo sequer significativa. A este propósito o que eu penso é que os poucos que saíram ou os que entretanto já manifestaram interesse em sair do serviço público, estarão de volta dentro de dois anos. Não tenho sobre isso muitas dúvidas. É claro que se trata de matéria de fé, mas é a minha convicção.

O facto é que o SNS dispõe

e por doenças cardiovasculares, apesar de alguns problemas aqui e ali.

E o que nos falta para termos uma grande saúde em Portugal?

Mas nós temos uma grande saúde em Portugal. E temos também um dos melhores sistemas de saúde do mundo. Somos, por exemplo, o sexto país no planeta com a taxa mais baixa de mortalidade infantil, e isto num universo de quase 200 países. E de entre estes, há 30 no quadro da OCDE que são os mais ricos, e nós estamos em sexto lugar. A nossa esperança

“Este Governo defenderá sempre o Serviço Nacional de Saúde”

“Fomos o primeiro Governo em 30 anos a baixar os preços dos medicamentos”

“O sistema privado de saúde é supletivo e não alternativo ao serviço público”

mentos nas comparticipações que passaram de 70 para 69 pontos percentuais, nuns casos é de 40 para 37 ou de 25 para 20 por cento, noutros casos. Já no primeiro ano de entrada em vigor desta medida tínhamos reduzido de 100 para os 95 por cento, excepto nos chamados medicamento de sustentação de vida que se mantêm totalmente gratuitos para os utentes.

Mas num país onde existe ainda uma faixa alargada de população com poucos recursos financeiros, nomeadamente no escalão dos reformados, não será estar-lhes a pedir um esforço acrescido?

Não, e por uma razão simples. Porque para esse extracto socioeconómico o Governo aprovou, já este ano, um novo decreto-lei dirigido aos idosos realmente pobres, os beneficiários que têm rendimento abaixo do limiar dos 360 euros de pensão mensal. Para esses criámos um sistema especial de comparticipação de 50 por cento da parte não comparticipada. Algo que também não existia. Como também não existia a comparticipação, que passou a haver, quer para as próteses auditivas, oculares e dentárias.

E trata-se de um processo fácil para os beneficiários, de forma a poderem ser reembolsados rapidamente, ou terão que esperar

de excelentes profissionais com as mais diversas idades e é sobretudo isto que importa realçar e sublinhar.

Os dados que dispõe mostram que existe um aumento da qualidade dos serviços?

Os dados que existem, e que são do conhecimento público, mostram que os hospitais estão a prestar mais consultas, a oferecer internamentos de maior complexidade, um maior número de cuidados médicos, a praticar mais cirurgias de dia, garantindo sempre o crescimento da cirurgia programada e de urgência. As listas de espera, por outro lado, estão a diminuir como não se pensava possível, assim como os centros de saúde estão igualmente a dispensar melhores serviços, aumentando sempre o número das consultas prestadas.

Ora, perante esta realidade, facilmente comprovada pelos dados existentes, não se percebe como é que alguém, pode afirmar de forma leviana que os níveis de qualidade da saúde em Portugal estão a baixar, quando as estatísticas nos dizem que todos os indicadores estão a melhorar desde a mortalidade infantil, área em que nos posicionamos como um dos países mais desenvolvido do mundo, à mortalidade por cancro

de vida, outro dos indicadores importantes para se avaliar a qualidade da saúde de um povo, tem vindo a aumentar constantemente e continuará a crescer.

Por outro lado, o nosso SNS começa a ser dos mais consistentes e sustentados do mundo, apesar dos erros cometidos ao longo do tempo e de alguns objectivos ainda não terem sido alcançados, tal como desejávamos, como é o caso, por exemplo, dos relacionados com a saúde dentária, sector onde aliás estamos já a dar os primeiros passos e com resultados excelentes, sobretudo ao nível dos serviços prestados aos mais pequenos entre os três e os cinco anos de idade e às grávidas.

É por isso que não entendo as críticas, sobretudo aquelas que têm origem em camaradas socialistas, que, recusando ser informados, se prestam ao papel lamentável de serem a caixa de ressonância dos partidos da oposição.

Temos, e disso tenho plena consciência, um longo caminho a percorrer, mas daí a dizer-se que este ministro da Saúde e este Governo estão a matar o Serviço Nacional de Saúde, para além de ser uma enorme injustiça, porque todos os indicadores nos dizem exactamente o contrário, é uma grande mentira que fica mal a quem a profere.

GOVERNO APRESENTA PLANO DE INCENTIVO À PROMOÇÃO DO EMPREGO



UM NOVO documento com as políticas activas de incentivo à promoção do emprego foi apresentado pelo Governo, representado pelo secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, aos parceiros sociais – centrais sindicais e confederações patronais.

Estas políticas prevêem investimentos de 4,2 mil milhões de euros até 2010, repartidos por nove linhas de actuação, com destaque para a adequação das qualificações dos trabalhadores às necessidades do mercado, o combate ao desemprego juvenil, dos trabalhadores mais velhos e de longa duração.

O Governo concentrará apoios à criação de emprego, desde que este seja baseado na celebração de um contrato sem termo certo, contribuindo assim também para combater a precariedade laboral.

Entretanto, a 25 de Setembro, o Executivo apresentará a versão final do documento, que terá em conta as sugestões dos parceiros sociais.

MÁRIO SOARES NOMEADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LIBERDADE RELIGIOSA

O FUNDADOR do PS e ex-Presidente da República, Mário Soares, foi recentemente nomeado presidente da Comissão de Liberdade Religiosa.

Na cerimónia de tomada de posse que decorreu na residência oficial do primeiro-ministro, Soares referiu-se à nomeação pelo Conselho de Ministros como “uma grande honra”, considerando também que o facto de ser agnóstico “é uma mais-valia para desempenhar o trabalho que o espera”.

“Todos sabem que sou agnóstico e isso é uma garantia de que sou neutro em matéria religiosa, mas reconheço a importância das instituições religiosas no mundo conturbado de hoje”, declarou na cerimónia onde também estiveram presentes os titulares das pastas da Presidência, Pedro Silva Pereira, e da Justiça, Alberto Costa, além, claro está, do próprio primeiro-ministro.

Por sua vez, José Sócrates disse que a escolha de Mário Soares para o cargo reflecte a importância que o Executivo confere a esta matéria, afirmando de seguida que a referida nomeação “é uma garantia de que esta liberdade (religiosa) será levada a sério”.

“A vida pessoal e política de Mário Soares habilita-o a qualquer tarefa que tenha a ver com a liberdade e muito mais com a liberdade religiosa, que é um dos pilares das sociedades democráticas modernas”, vincou o chefe do Governo.

Embora o trabalho da Comissão não seja muito conhecido na opinião pública portuguesa, ela realiza, segundo Soares, “um trabalho realmente muito importante”, pelo que o seu novo representante máximo assegurou que, sob a sua presidência, vai tentar que a entidade faça o seu melhor.

Para Mário Soares, o “exacerbamento dos fanatismos religiosos é altamente preocupante para todos, sendo urgente desenvolver “um diálogo ecuménico entre diferentes religiões para reduzir e evitar conflitos”.

Recorde-se que a Comissão de Liberdade Religiosa é um órgão independente e consultivo da Assembleia da República e do Governo, cabendo-lhe pronunciar-se sobre todas as matérias relacionadas com aplicação, desenvolvimento e alteração da Lei da Liberdade Religiosa. **M.R.**

Criados benefícios adicionais ao complemento solidário para idosos

COM o objectivo de apoiar uma faixa da população cuja situação económica é muito desfavorecida e reduzir as desigualdades, melhorando ao mesmo tempo a qualidade de vida destas pessoas, o Governo do PS criou recentemente um regime de benefícios adicionais de saúde para os beneficiários do complemento solidário para idosos cujas regras e procedimentos necessários para viabilizar o pagamento das participações financeiras estão já a ser aplicados.

Assim, para efeitos de atribuição destes benefícios adicionais, ao Instituto da Segurança Social (ISS) cabe emitir o documento comprovativo da qualidade de beneficiário do complemento solidário para idosos.

Este documento é apresentado no centro de saúde onde o idoso se encontra inscrito, sendo ainda necessário que o titular, ou o seu representante, esteja de posse do cartão do utente.

A contagem de prazos para a participação financeira inicia-se a partir da data da recepção, no centro de saúde, do documento comprovativo da qualidade de beneficiário do complemento solidário para idosos.

Para efeitos de reembolso, o prazo de entrega dos documentos comprovativos da despesa efectuada é de 180 dias contados a partir da data da emissão do recibo.

Por outro lado, foi estabelecida



como competência do director do centro de saúde a verificação da conformidade dos documentos comprovativos da despesa, designadamente a cópia da receita médica e da respectiva factura, as facturas discriminadas comprovativas da despesa e respectiva quitação e os documentos de prescrição de óculos e lentes oculares, bem como a verificação de que a despesa a reembolsar se circunscreve aos medicamentos comparticipados pelo Estado e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Após este processo de controlo, a informação da despesa do bene-

fício adicional é enviada para a Administração Central do Sistema de Saúde, de onde depois é remetida para a Segurança Social.

Quando os documentos comprovativos da despesa não estiverem em conformidade, o beneficiário do complemento solidário é informado, através de ofício, desta decisão, sendo possível que, neste caso, o beneficiário possa reclamar nos termos da lei geral.

Refira-se igualmente que os reembolsos das participações financeiras relativas aos benefícios adicionais não são acumuláveis com os reembolsos já existentes. **M.R.**

Apoio à natalidade deve ser grande objectivo nacional

PROGRAMA PARES II

O AUMENTO da rede de creches, garantindo 33 por cento de cobertura do território continental até 2009, representa uma aposta do Governo socialista no sentido de incentivar a natalidade. Esta a ideia vencedora pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em Condeixa-a-Nova, distrito de Coimbra, onde inaugurou a nova creche da Santa Casa da Misericórdia.

Segundo o chefe do Executivo, “o objectivo europeu era atingir a referida cobertura em 2010”, mas, frisou, “nós queremos antecipar um ano a meta da União Europeia”.

Depois de salientar a importância das novas medidas de apoio à família anunciadas pelo Governo em Julho passado, Sócrates disse que o alargamento da rede de equipamentos sociais é outra aposta no sentido de se conseguir um aumento na natalidade no nosso país Portugal.

Para isso, sustentou se preciso “dar condições aos casais para que possam compatibilizar a realização profissional e familiar”, acrescentando que este apoio à natalidade

“deve constituir um grande objectivo nacional”.

E considerou igualmente que cabe ao Executivo assegurar às famílias que queiram ter filhos que “não terão limitações, nem económicas nem sociais”.

“Queremos dar um sinal claro de que o Estado procura estimular a natalidade. Ele não serve para tratar da vida de ninguém, mas sim para dar oportunidades às pessoas”, afirmou José Sócrates, que pouco depois sublinhou o facto de os actuais investimentos na área social serem agora possíveis após dois anos de “contenção orçamental” e de “reformas da Segurança Social”.

“Acabámos com muitos desperdícios neste período”, referiu, explicando a disponibilidade do Orçamento do Estado para fazer este esforço de investimento.

Por seu turno, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, congratulou-se com a concretização do objectivo do Executivo de “erradicar no continente os concelhos sem infraestruturas na área das creches”.

Recorde-se que a rede de creches

em Portugal continental dispunha de 73 mil lugares para acolher crianças em 2004, altura em que foi lançada a primeira fase do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), devendo garantir 111 mil lugares até 2009, segundo os objectivos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Com estas iniciativas, arrancou o Programa PARES II, ao qual estão afectados 450 milhões de euros.

Por todo o país, vários ministros e secretários de Estado associaram-se à iniciativa, em quatro outras inaugurações e 11 lançamentos de construção.

Em Viseu foi inaugurada a creche do Centro Social da Paróquia de São Salvador. Também houve inaugurações em Castelo Branco, Vagos e Seia.

Foram igualmente lançadas as primeiras pedras de creches em Moura, Guimarães, Bragança, Alandroal, Silves, Pombal, Vila Franca de Xira, Penafiel, Benavente, Valença e Sabrosa.

Em Nisa, foi assinado o contrato para construção da creche da Santa Casa de Alpalhão. **M.R.**

Um novo modelo de desenvolvimento para a região Norte

II UNIVERSIDADE DE VERÃO DO PS/PORTO

A defesa da regionalização e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a região Norte assente na inovação, competitividade e conhecimento foram a nota dominante das intervenções efectuadas na II Universidade de Verão, promovida pela Federação do PS/Porto, que decorreu no Parque Biológico de Gaia, nos dias 7 e 8, sob o lema “Porto, Portugal e a Europa – Que Desafios?”.

“A ECONOMIA tem que estar ao serviço do distrito e da região para que exista coesão territorial, económica, social e cultural”, defendeu o presidente do PS/Porto, Renato Sampaio, no encerramento dos trabalhos, considerando ser necessária uma aposta na competitividade e na inovação para “travar e inverter o declínio acentuado” que se tem vindo a verificar nos últimos anos no distrito do Porto e região Norte do país.

Renato Sampaio sublinhou que a Federação que lidera tem pautado a sua acção por “uma política activa de apoio” ao Governo do PS e ao primeiro-ministro, José Sócrates, porque este é o Executivo “mais reformista dos últimos 30 anos” e, por isso, “merece o aplauso de todos, especialmente dos socialistas”.

No entanto, frisou que o Executivo socialista no domínio das políticas regionais precisa de ser “mais ousado”, acrescentando que é necessário fazer nesta legislatura o trabalho de preparação do referendo sobre a regionalização a levar a efeito no início da próxima, “conforme compromisso do PS”.

Fernando Gomes, que moderou o painel “As regiões e as parcerias europeias”, manifestou o desejo que o “desiderato” da regionalização seja cumprido, referindo que este tema “tornou-se hoje ainda mais aliciante”, já que “Portugal precisa de avançar”.

Segundo salientou o ex-presidente da Câmara Municipal do Porto, o processo de regionalização já é secundado por “figuras do PSD”.

Já o presidente da CCDR-N, Carlos Lage, sublinhou “a inevitabilidade de realizar um novo referendo sobre a regionalização” em 2010. O também dirigente nacional do PS disse que “a cooperação com a Galiza já não depende de subsídios”, chamando ainda a atenção para a importância do relacionamento “embrionário” de Castela e Leão com o Vale do Douro.

Para Carlos Lage, “o desenvolvimento mais acelerado do Norte é uma necessidade”, lembrando o “contributo histórico” da região



para o desenvolvimento do país.

Por sua vez, o deputado do Parlamento Regional da Galiza, Abel Losado Alvarez, salientou a “necessária complementaridade” entre o Norte de Portugal e a Galiza, sustentando que “a mesma cor política do Governo espanhol e português favorece a cooperação indispensável”.

Na sessão de abertura da II Universidade de Verão, onde foi debatido o painel “Competitividade territorial e plano tecnológico”, Jorge Coelho fez uma intervenção centrada na acção do Governo, referindo que “seria criminoso deixar a obra a meio” e manifestou a convicção de que o PS continuará a gerir os destinos do país para lá de 2009.

“Seria desastroso que ficassem pelo caminho as reformas aplicadas, apesar de serem impopulares”, afirmou.

Mantendo a lógica da 1ª edição, que abordou as políticas decisivas para o sucesso do interior, a 2ª edição da Universidade de Verão do PS/Porto abordou as políticas decisivas para o desenho de um novo modelo competitivo para a área metropolitana, o distrito e a região

Jorge Coelho desvalorizou a impopularidade das reformas levadas a cabo nas áreas da educação e da saúde, considerando que, “na generalidade, os portugueses deram o seu aval, tal como demonstram sondagens e estudos de opinião”.

Mendes desorientado

O antigo ministro de Guterres acusou ainda o líder do PSD de ser irresponsável, “por fazer política do bota-abaixo e propor tudo ao contrário”.

“O PSD quer o controlo das finanças públicas e todos os dias vem propor três ou quatro medidas para fazer crescer a despesa pública”, disse, considerando que nem Marques Mendes acredita naquilo que vem defendendo, como, por exemplo, a baixa dos impostos.

E acrescentou que “um líder desorientado tem a tentação de propor o que os portugueses gostariam”.

Na abertura dos trabalhos, interveio também o presidente do Governo Regional da Galiza, Emilio Perez Toriño, que elogiou a “política de responsabilidade e moderação do Governo português”.

O líder do PSOE da Galiza sustentou que, num contexto de globalização económica, o progresso da euroregião Norte-Galiza depende de uma política de cooperação conjunta, sobretudo nas áreas dos transportes, comunicações, inovação e tecnologia.

Já o presidente do PS de Gaia, Eduardo Victor Rodrigues, apontou a Galiza como “um modelo de planeamento urbano e ordenamento do território”. **J.C.C.B.**



Esta 2ª edição da Universidade de Verão insere-se na estratégia definida no congresso distrital de discutir mais política e mais políticas, de informar e formar os nossos quadros e militantes

Direcção do GP/PS acerta estratégia para “rentrée” parlamentar

A DIRECÇÃO do Grupo Parlamentar do PS reuniu-se nos Açores, no primeiro fim-de-semana de Setembro, para preparar a nova sessão legislativa.

Foram diversos os temas que estiveram em discussão, designadamente as alterações decorrentes da reforma do Parlamento, sobretudo no ponto referente à composição das várias comissões, mas também a definição das prioridades políticas agendadas para a terceira sessão, para além do estabelecimento de prioridades no que respeita à organização interna do Grupo Parlamentar, as leis eleitorais e ainda a estratégia face aos recentes vetos presidenciais.

Discutidos foram ainda os aspectos relacionados como as audições obrigatórias dos ministros no Parlamento e o novo figurino das comissões parlamentares.

Quanto aos vetos relativos ao estatuto dos jornalistas e à lei orgânica da GNR, os socialistas estão de acordo na necessidade de “expurgar” o texto das inconstitucionalidades apontadas por Cavaco Silva, de modo a torná-lo mais “transparente e consensual”.

Só em relação à responsabilidade civil do Estado, reforma que mereceu a concordância unânime dos diversos grupos parlamentares com representação na Assembleia da República (AR), o Partido Socialista não se mostra disposto a introduzir alterações, razão por



que a vão levar de novo à discussão sem lhe introduzir quaisquer alterações.

Para além destes temas, a direcção da bancada socialista reuniu ainda com os seus homólogos do parlamento açoriano, encontro que serviu para debater a proposta do novo Estatuto Político Administrativo daquela região autónoma.

O documento dará entrada para

apreciação e votação na Assembleia da República já no início do próximo ano, depois da aprovação da proposta pela Assembleia Legislativa Regional.

A propósito desta iniciativa, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, considerou-a “uma necessidade constitucional muito premente”, sublinhando que o novo estatuto vai permitir um

“avanço muito grande na definição das competências da República em todas as suas dimensões”, sobretudo, como reforçou, no que respeita às “competências constitucionais da região”.

Recorde-se que na sequência da revisão de 2004 da Constituição Portuguesa, que reforçou os poderes das regiões autónomas, o Parlamento açoriano elaborou uma

proposta de revisão do Estatuto, que deverá ser aprovada em breve na Assembleia Regional, seguindo depois para apreciação e votação final na Assembleia da República.

Reforço do diálogo com o Parlamento açoriano

A direcção da bancada do PS da AR comprometeu-se a empreender um diálogo frutuoso com o Parlamento açoriano com vista à aprovação da proposta de revisão do Estatuto Político-Administrativo daquela região autónoma, que entretanto já mereceu o consenso alargado dos parlamentares representados na Assembleia Legislativa açoriana.

Para o Partido Socialista, a autonomia consagrada na Constituição da República Portuguesa das duas regiões autónomas constitui, por excelência, “o exercício dos poderes públicos das regiões insulares”, razão porque assume um carácter ainda mais determinante o facto de a Assembleia Regional ter optado por fazer uma reforma profunda do documento.

Para o líder socialista da bancada parlamentar açoriana, Francisco Coelho, “há agora todas as possibilidades para que, logo no início de 2008, a Assembleia da República comece a trabalhar nesta matéria”, iniciativa que, em sua opinião, deverá desenvolver “em conjunto com o Parlamento açoriano”. R.S.A.

Socialistas da Madeira preparam alternativa de progresso

“RENTRÉE”

“Que este dia seja o momento oportuno para reforçarmos a crença na alternativa política, para que os madeirenses possam assistir ao nascimento de uma sociedade mais aberta, mais livre, mais democrática, com mais justiça social”, afirmou o líder do PS/Madeira, João Carlos Gouveia, na Festa da Liberdade que juntou na Fonte do Bispo milhares de simpatizantes socialistas, numa manifestação de “coragem” e de crença na “mudança necessária”.



NO DISCURSO que proferiu nesta iniciativa que marcou o regresso à actividade política depois das férias de Verão, João Carlos Gouveia disse que a presença massiva na festacomício “é o sinal inequívoco de que, apesar dos últimos resultados eleitorais, a chama socialista madeirense continua bem acesa”, no sentido de que “é necessário erguermos todos, de viva voz, com força e convicção profundas, para ultrapassarmos a grave crise económica e social que assola a Madeira”.

Uma crise que, sublinhou o líder do PS/

Madeira, é resultado de “uma política que não se preocupou em criar condições para um verdadeiro desenvolvimento ao serviço de todos e de cada um dos madeirenses”.

Para João Carlos Gouveia, o “caminho” dos socialistas só poderá ser um “o caminho da verdade”, adiantando que se este for seguido “sabemos responder a esta pergunta simples. De quem é a culpa da grave crise que atravessamos: do primeiro-ministro ou do presidente do Governo Regional?”.

E de imediato o líder dos socialistas madei-

renses perguntou se é de José Sócrates a “culpa de tudo o que acontece e tem acontecido na Madeira ao longo destes 30 anos” e se é o primeiro-ministro que “persegue e enxovalha todos os madeirenses que se lhe opõem”, que “colocou bombas nos carros dos homens de esquerda no tempo da FLAMA”, que “fomenta a corrupção na Madeira” e “ataca a Polícia Judiciária”.

E respondeu: “Não, não é o Sócrates. Mas sim o presidente do Governo Regional que bate à porta da casa de Sócrates a pedir dinheiro para a Madeira”.

Investigação profunda à actividade económica na região

Entretanto, dias após a realização da Festa da Liberdade, que constituiu um momento alto de mobilização e unidade dos socialistas madeirenses, João Carlos Gouveia, em declarações à agência Lusa, afirmou que o partido vai avançar com uma petição junto da Assembleia da República para que se “faça uma investigação profunda a toda a actividade económica” na região.

“O Estado e a União Europeia não podem ficar a leste do que acontece na Madeira”, disse o líder dos socialistas madeirenses, apontando

que “não há economia de mercado na região, porque as altas esferas do PSD são as mesmas figuras que tutelam os interesses económicos” neste arquipélago.

Deu o exemplo das vias rápidas construídas na Madeira com 75 por cento de apoios financeiros da UE, sendo o restante do Estado e da região, e do novo hospital que será edificado na capital madeirense, projectos do Governo Regional que depois são “privatizados”.

“É preciso saber como as coisas funcionam do ponto de vista da legalidade, quem são os empresários que são donos dessas empresas concessionárias”, defendeu.

E sustentou que existe na Madeira um “regime excepcional que ultrapassa tudo e todos, sendo a execução de obras uma máquina de fazer dinheiro. A construção civil da região funciona em cartel”.

Criticou ainda a “falta de vontade” existente por parte dos magistrados do Ministério Público (MP) na Madeira para investigar as situações, realçando porém que, neste momento, há “uma nova atitude e uma alteração na postura do MP na região”.

“Deram-se passos significativos, mas é imprescindível existir legislação e apoios financeiros e humanos” que permitam um melhor trabalho de investigação, disse. J. C. C. B.

Governo investe 40 milhões em modernização de comércio e serviços tradicionais

COM vista a apoiar as micro, pequenas e médias empresas do comércio tradicional e de serviços, no sentido de criar condições para a sua modernização e maior competitividade, o Governo do PS investiu já 40 milhões de euros no MODCOM, um sistema de incentivos que emprega fundos de origem exclusivamente nacional e não reembolsáveis.

Segundo uma nota divulgada pela Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, no total das duas fases (2006 e 2007) entraram no MODCOM perto de 3100 candidaturas, associadas a um investimento de cerca

de 207 milhões de euros.

No entender do Governo, estes números superaram todas as expectativas e demonstram inequivocamente que “o comércio tradicional e os empresários querem modernizar-se, querem ser competitivos com outros formatos de comércio”.

“O Comércio tradicional está vivo e moderno” salienta a nota, onde também se destaca o facto de ter sido possível, no âmbito do MODCOM, apoiar 1782 projectos de PME's e de Associações Comerciais e terem sido criados três mil novos postos de trabalho.

Mas a actividade da pasta do



comércio e serviços não se esgota apenas no MODCOM.

Desde que o PS é Governo, no âmbito do novo PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia), foram apoiados 1618 projectos do comércio e dos serviços, a que correspondeu a um

incentivo de 150 milhões de euros, gerando perto de 4800 novos empregos.

Só em 2006 foram homologados, no âmbito deste programa, 1471 projectos de investimento, que representaram uma despesa pública de 107 milhões de euros. M.R.

Socialistas de Vila Real promovem I Universidade de Verão

A FEDERAÇÃO do PS de Vila Real em conjunto com a estrutura distrital da Juventude Socialista, promoveram, no dia 8 de Setembro, a sua I Universidade de Verão, um evento dedicado à reflexão sobre “O Desafio Europeu”, que contou com um painel de figuras destacadas da vida política nacional e largas dezenas de participantes.

Na sessão de abertura da Universidade de Verão, o ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Pedro Silva Pereira, centrou a sua intervenção numa explicação resumida do percurso governativo em matéria de políticas de juventude, não se coibindo, porém, de fazer também uma análise mais global e positiva da situação política nacional e da presidência portuguesa da União Europeia (UE).

“A UE é muito importante para o Governo, para os seus objectivos para o prestígio do país”, sublinhou, realçando que, por isso, “é muito importante que o partido e a juventude se empenhem no processo de formação dos seus quadros e no debate político interno”.

Num balanço sobre o percurso deste Executivo relativamente às políticas de juventude, salientou que “estão a ser dados sinais de esperança aos jovens portugueses”, com as questões de juventude a serem alvo da atenção de vários ministérios.

“Normalmente, fala-se muito de que essas políticas devem ser transversais e, de facto, fazer política de juventude não é apenas reforçar o investimento no Instituto Português da Juventude (IPJ), nas pousadas e nas questões de mobilidade ou do associativismo



juvenil, é ter em conta os seus problemas, nas políticas sectoriais”, disse, antes de frisar que este ano “os dados apontam para uma redução de três por cento na taxa de abandono escolar, o que nunca tinha acontecido no passado recente e significa que o nosso sistema educativo está a mudar.

“Isso, articulado com as novas oportunidades, ao nível profissional, e com a reforma ousada no ensino superior, demonstra que nós temos condições para ajudar os jovens a enfrentar os desafios e as dificuldades e a triunfar, numa sociedade cada vez mais competitiva”, acrescentou, para de seguida concluir que “todas essas acções são um

virar de página, numa política pública dirigida aos jovens”.

Ainda durante o início dos trabalhos, os presentes tiveram a oportunidade de ouvir e questionar o camarada Almeida Santos, presidente do PS, que apresentou uma brilhante reflexão pessoal acerca do percurso da UE e as mudanças radicais que sofremos num mundo cada vez mais globalizado.

Para Almeida Santos, “o futuro é global”. Por isso, sublinhou, “o planeta é o território da futura unidade política”, e a sua futura organização “tem de ser e tende vertiginosamente a ser global”.

“Uma organização que integre uma cúpula

representativa, um órgão legislativo, um órgão executivo e órgãos judiciais globais”, resumiu o fundador do PS, defendendo uma evolução para um modelo federal da UE.

O presidente do nosso partido deixou também uma chamada de atenção para o facto de nem sempre se ter consciência de que a União é, no essencial, “a antecipação, a nível de um continente, do futuro processo de organização política do espaço planetário”.

Na parte da tarde desta 1ª edição da Universidade de Verão dos socialistas de Vila Real, as intervenções abriram com Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, a abordar a questão da Agenda de Lisboa e da competitividade da UE no mundo e de Portugal dentro da UE.

A última interveniente, Margarida Marques, representante da Comissão Europeia em Portugal, discutiu com os presentes a questão do alargamento da União e o papel desta no mundo.

O encerramento desta I Universidade de Verão coube a Rui Santos, presidente da Federação de Vila Real, que manifestou o seu agrado com esta iniciativa da JS e lançou o desafio para a realização de novas edições no futuro.

Agradeceu, por último, a Ascenso Simões, secretário de Estado da Protecção Civil e secretário nacional do PS, e a António Martinho, governador civil de Vila Real, pelo empenho e apoio que estes destacados militantes socialistas do distrito deram para o sucesso e organização de um evento de tão significativa dimensão. M.R.

OPINIÃO



RITA MIGUEL
Deputada do PS

O Governo tem estado muito atento às fragilidades e às potencialidades das regiões do interior e tem actuado dentro de uma filosofia de combate às assimetrias regionais

A (RE)EDIFICAÇÃO DO INTERIOR...

TODOS temos consciência de que vivemos num país que vai crescendo e se vai desenvolvendo em velocidades e ritmos bem desiguais.

O litoral, ponto extremo deste nosso “rectângulo mágico”, tem conseguido captar para si, ao longo dos anos e, fruto da sua localização estratégica, a riqueza e os recursos que vão escasseando no nosso interior, a que alguns já quiseram chamar de “região deprimida”.

Aquilo de que, efectivamente, carece o nosso interior é de uma (re)edificação, uma (re)edificação que tem que começar e terminar, sobretudo, na consciência de cada cidadão do interior.

Já basta de lamentos e de tormentos!

E o discurso, esse sim deprimente, de que não temos recursos, de que ninguém olha por nós e nem para nós tem que ser, definitivamente, banido do campo lexical da gente das Beiras.

O nosso interior necessita, urgentemente, de ser (re)edificado, no sentido literal da palavra.

É preciso que consigamos encontrar no percurso que a história nos ajudou a construir as sólidas bases para (re)erguermos a nossa região, aproveitando as nossas potencialidades, avaliando e minimizando os impactos das nossas maiores vulnerabilidades, para que, com a força de todos quantos vivem e contribuem para a riqueza e para o desenvolvimento deste território possamos mostrar ao país e à Europa uma região completamente (re)edificada, uma região de interior forte, uma região que possa contribuir para a competitividade da economia nacional e europeia.

O Governo tem estado muito atento às fragilidades e às potencialidades das regiões do interior e tem actuado dentro de uma filosofia de combate às assimetrias regionais.

O primeiro-ministro, eng. José Sócrates, tem sabido demonstrar, não só por palavras, mas sobretudo por actos, a sua grande vontade de querer corrigir essas assimetrias que permitem, ainda, que um mesmo país possa crescer e desenvolver-se a velocidades diferentes.

Não foi, certamente, por acaso que os maiores impulsos alguma vez concedidos, com vista ao desenvolvimento do interior, partiram de iniciativas de Governos de cujo elenco fazia parte o eng. José Sócrates.

Lembremos, por exemplo, a decisão do Governo do então primeiro-ministro, António Guterres, de construir a A23 e a A25 sem portagens, duas importantes e estruturantes vias de comunicação, construídas para discriminar, positivamente, as regiões do interior e para possibilitar o aumento da sua competitividade e crescimento.

Do mesmo Governo partiu, também, a iniciativa de criar incentivos fiscais para as empresas que pretendessem fixar-se nas regiões do interior, permitindo, assim, tratar de modo diferente, regiões também elas diferentes.

No período de governação das maiorias de direita que antecederam o actual Governo, as regiões do nosso interior deixaram de ser merecedoras de qualquer tipo de incentivo ou de encorajamento capaz de gerar crescimento e, consequentemente, maior desenvolvimento e competitividade.

Atravessámos um período em que as maiorias de direita pareciam querer esquecer que o nosso país está vinculado ao princípio fundamental comunitário da subsidiariedade, o que sabemos, felizmente, constitui para o XVI Governo e para o primeiro-ministro um imperativo nacional na adopção de uma nova atitude política, capaz de demonstrar a sua grande fidelidade àquele princípio.

Não obstante as dificuldades que o país tem enfrentado, nomeadamente, nos domínios do equilíbrio orçamental e da estabilidade económica, o eng. José Sócrates quis demonstrar, corajosamente, ao país que está consciente das diferentes realidades vividas nas regiões do litoral e nas regiões do interior.

O primeiro-ministro ao anunciar, na Guarda, no passado dia 9 de Setembro, um extraordinário aumento dos incentivos fiscais para as empresas do interior, passando de 5 por cento para 10 por cento no caso das empresas aí localizadas e de 10 por cento para 15 por cento no que respeita a novas empresas que aí se venham a localizar, quis dar um sinal muito claro de que o Governo está empenhado nessa importante tarefa a que chamo (re)edificação das regiões do interior, que está empenhado em conceder o apoio necessário à criação de novas oportunidades de crescimento e de aumento da competitividade de uma região como o distrito da Guarda que, com as suas grandes potencialidades e com sua centralidade Ibérica tem, obrigatoriamente, que estar condenada ao desenvolvimento.

Socialistas de Leiria debatem taxa de natalidade em Portugal



A MINISTRA da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, foi a Porto de Mós, no âmbito do ciclo de conferências sobre “Políticas de família e natalidade”, que a Federação de Leiria do PS está a organizar, sublinhar a necessidade de uma efectiva igualdade de oportunidades na educação, que, na sua perspectiva, a “escola a tempo inteiro” tem vindo a consagrar.

Para a ministra da Educação, já estão no terreno um conjunto de iniciativas que visam reforçar a acção social escolar do ensino básico e secundário, medidas que classificou como um “verdadeiro combate ao abandono escolar”.

Maria de Lurdes Rodrigues anunciou ainda que a breve prazo vai ser introduzido o inglês logo a partir do 1º ano de escolaridade, a que seguirá uma segunda língua estrangeira no 1º ano do 2º ciclo.

Estes encontros que o PS/Leiria está a levar a efeito, e que demorarão cerca de três meses, têm como prioridade abrir uma discussão sobre a problemática das políticas públicas em Portugal, sobretudo as relacionadas com as áreas ligadas à família e à natalidade.

Segundo os organizadores, a iniciativa mais não pretende ser do que um contributo para a abertura de um debate com os cidadãos sobre os problemas que hoje se colocam às famílias com filhos.

No ciclo de conferências participam diversos especialistas nas mais diversas áreas do saber técnico e académico, que se vão debruçar sobre a melhor forma de otimizar a vida social das famílias, de modo a permitir, como sublinham os socialistas de Leiria, que passem a dispor de mais e melhores meios para tratarem dos seus filhos, assumindo esta estrutura federativa a constatação de que existe em todo o país e particularmente no distrito “uma absoluta necessidade

de mudança de paradigma na organização da vida social”.

As famílias portuguesas, sublinham os socialistas de Leiria, encontram-se perante o desafio de terem que definir de forma urgente os caminhos e os meios mais adequados, de forma a “garantirem níveis mais sustentados de bem-estar social aos seus cidadãos”.

O que o país tem de evitar, dizem, é deixar-se “definhar”, como tem vindo a suceder, “pela quebra preocupante e generalizada da natalidade”, fenómeno que nos coloca, neste particular, na cauda da Europa.

Para se ter uma ideia da dimensão que o problema atinge, basta recordar que em 2006 os nascimentos registados em Portugal não ultrapassaram os 100 mil, número que foi dos mais baixos desde há várias décadas.

Para o PS/Leiria, sem, pelo menos, dois filhos por mulher, a solidariedade geracional e a so-

cidade de bem-estar social está, definitivamente, posta em causa.

Para além da participação neste primeiro encontro da ministra da Educação, o ciclo de conferências prosseguirá ao longo dos próximos três meses com a presença de diversas figuras públicas e de técnicos qualificados com responsabilidade no sector, como seja a do ex-ministro do Emprego e Formação Profissional, Paulo Pedroso, de Maria de Belém, ex-ministra da Saúde, do professor Manuel Nazareth da Universidade Nova de Lisboa, da professora do ISCTE, Maria das Dores Guerreiro, da eurodeputada Edite Estrela ou ainda da deputada independente eleita nas listas do PS na AR, Maria do Rosário Carneiro.

O ciclo de conferência organizado pela Federação socialista terminará com uma sessão na cidade de Leiria que contará com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, em finais de Dezembro. R.S.A.

“POLÍTICAS DE FAMÍLIA E NATALIDADE”

Calendário dos encontros

Concelho: Marinha Grande, quinta-feira, 27 de Setembro
Orador convidado: Paulo Pedroso

Concelho: Castanheira de Pêra, sexta-feira, 19 de Outubro
Orador convidado: Maria de Belém Roseira

Concelho: Leiria, sexta-feira, 26 de Outubro
Orador convidado: Manuel Nazareth

Concelho: Batalha, sexta-feira, 9 de Novembro
Orador convidado: Maria das Dores Guerreiro

Concelho: Figueiró dos Vinhos, sexta-feira, 16 de Novembro
Orador convidado: Edite Estrela

Concelho: Pedrógão Grande, sexta-feira, 7 de Dezembro
Orador convidado: Maria do Rosário Carneiro

Finanças esclarecem sistema de vinculação, carreiras e remunerações



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FACE a notícias veiculadas em órgãos de Comunicação Social relativamente à reforma dos regimes de vinculação, carreiras e remunerações na Administração Pública que se encontra na Assembleia da República (AR) e já foi objecto de aprovação na generalidade, o Ministério das Finanças e da Administração Pública esclarece que “as decisões relativas a esta reforma, apresentada pelo Governo, competem, nesta fase, à AR”, adiantando que “com plena observância dos preceitos constitucionais espera-se que esta reforma possa ser aprovada e, depois de promulgada, publicada até ao final do corrente ano e que entre em vigor a 1 de Janeiro de 2008”.

Em comunicado, o Ministério das Finanças refere que, “concluído o processo legislativo, o Governo está, naturalmente, empenhado em assegurar que os aspectos essenciais da reforma produzam todos os seus efeitos a partir de 1 de Janeiro de

2008”. Ou seja, designadamente, “o fim do congelamento da progressão nas carreiras, iniciando-se as mudanças de posições remuneratórias dos trabalhadores segundo as novas regras estabelecidas na proposta; o fim do congelamento de suplementos; o início da atribuição de prémios de desempenho; e o recrutamento feito através de nomeação ou de contrato, conforme os critérios estabelecidos na proposta.

O Ministério das Finanças considera ainda que “é importante que os novos princípios e regras, estabelecidos pela proposta de lei, entrem em vigor a 1 de Janeiro de 2008, sendo admissível que, face ao conjunto de reformas que estão a ser introduzidas na Administração Pública, alguns aspectos desta proposta devam produzir efeitos posteriormente, sem prejuízo para os trabalhadores e para o funcionamento dos serviços, permitindo assim uma melhor e mais sustentada adaptação ao novo sistema de gestão de recursos humanos que agora se vai introduzir”. J.C.C.B.

Registo automóvel já é possível por via electrónica

OBTER o registo de propriedade de um automóvel por Internet e com um desconto de 15 euros é desde o dia 4 possível para quem já possui o novo cartão do cidadão, um documento que reúne num só o bilhete de identidade, o cartão de contribuinte e o de eleitor.

O projecto “Automóvel on-line”, apresentado em Lisboa pelo secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, vem na sequência de outras iniciativas já lançadas por este Governo como a “Empresa na Hora” ou a “Casa Pronta”.

Inserido no programa “Simplex”, o novo projecto permite a quem tenha comprado um automóvel ou reboque, novo ou usado, pedir um registo de propriedade em seu nome via Internet e por 45 euros menos 15 euros do que o valor actualmente cobrado nas conservatórias de registo de automóveis. Os encargos serão pagos através de homebanking (ban-

ca Internet) ou por multibanco.

Além disso, serão poupados custos indirectos, como a deslocação à conservatória ou a outras entidades.

Nesta primeira fase só ficará disponível o tipo de registo mais frequente, com um comprador e um vendedor, não estando disponíveis os actos de registo que não tenham por objecto a propriedade plena do veículo.

O comprador acede ao sítio do “Automóvel on-line” (www.automovelonline.mj.pt), preenche um formulário electrónico com os seus dados, os dados do vendedor e a informação sobre o veículo, aguarda pela mensagem electrónica a informar da realização do registo (após confirmação do vendedor) e tem dois dias para efectuar o pagamento, recebendo depois o documento automóvel na sua morada dois dias úteis após a confirmação do pagamento.

O registo deve ser solicitado no prazo de 60 dias após a transacção.

OPINIÃO



ELZA PAIS
Socióloga

Precisamos de mais mulheres a criar empresas e a criar emprego. Também aqui a política municipal tem lugar, com a criação de incentivos e a gestão adequada dos espaços públicos e das oportunidades que lhes estão associadas

LISBOA, IGUALDADE DE GÉNERO E COESÃO SOCIAL

LISBOA tem uma câmara de alma nova. Concorremos com uma lista que se apresentou aos lisboetas com uma representação equilibrada de homens e mulheres – ultrapassando a exigência dos 33 por cento imposta pela recente Lei da Paridade. Foi um sinal muito positivo da sensibilidade de António Costa para afirmar em Lisboa a política de género que a autarquia nunca teve. Agora que se vão meter mãos à obra, é bom lembrar a importância de fazer vingar os princípios de integração social tão bem defendidos nas declarações dos nossos candidatos.

A Administração Local é uma área imprescindível de afirmação para a Igualdade de Género. Tem uma posição privilegiada de proximidade com as cidadãs e os cidadãos e deve desempenhar um papel central no quadro da Rede Social. A Igualdade de Género é factor determinante para o desenvolvimento local e para um território mais harmonizado e maior coesão social.

A cidade, o bairro ou o local de trabalho podem e devem ser espaços para a promoção e não para a inibição do potencial humano de cada pessoa. Uma autarquia com preocupações ao nível da igualdade de género é a que melhor garante a relação equilibrada entre os recursos, os espaços e as pessoas que neles habitam.

Os caminhos para promover o “mainstreaming” de género nos vários domínios de acção das autarquias estão já desenhados. Os Planos Municipais para a Igualdade são a garantia de autarquias mais modernas, solidárias e justas, nomeadamente através da designação de conselheiros ou conselheiras para a Igualdade. Através deles se vão promover as condições que permitam às mulheres e aos homens uma partilha mais equilibrada da vida familiar, profissional e pessoal, com a criação de condições de paridade e harmonização das responsabilidades que permitam a construção de uma sociedade mais solidária.

As medidas a implementar são múltiplas. Há que alargar as estruturas de apoio a dependentes e melhorar a qualidade dos serviços, com flexibilidade e acessibilidade financeira aos munícipes, nomeadamente através da formação adequada do pessoal. Dar incentivo à introdução de horários flexíveis no comércio e outros serviços de proximidade. Estimular a solidariedade inter-geracional e as redes de vizinhança. Reforçar os serviços de apoio ao domicílio para famílias com pessoas dependentes. Estas são algumas das acções concretas de promoção da Igualdade de Género que estou certa que o executivo liderado por António Costa irá desenvolver.

Nos bairros onde se vêem mais claramente os sinais de pobreza, nomeadamente onde vivem mais imigrantes, há fenómenos sociais de marginalização que atingem todos e todas, mas que fazem sentir-se com incidência particularmente preocupante nas mulheres e nas famílias monoparentais.

A intensificação e consolidação dos fluxos migratórios, caracterizada por uma crescente diversificação dos países de proveniência, constitui um dos principais desafios de natureza social com se confronta a socie-

dade portuguesa, o que faz das políticas de acolhimento e integração das populações migrantes um vector de importância estratégica para a coesão social e o desenvolvimento da cidade. O aumento do número de mulheres migrantes em Portugal reforça a necessidade de assegurar que a perspectiva de género – e de não discriminação em função do sexo – esteja presente em todas as políticas.

São particularmente graves também os factores de exploração e discriminação por motivos sexuais, mesmo no âmbito das respectivas comunidades, o que coloca as mulheres numa situação de maior vulnerabilidade e risco. A integração da perspectiva de género nas políticas de migração, também a nível local, visa que sejam avaliados os respectivos efeitos diferenciados em mulheres e homens, sem prejuízo de que as acções desenvolvidas venham a resultar em benefício de todas e todos.

Para além de se promoverem programas de formação em competências nos domínios da língua portuguesa e das tecnologias de informação e comunicação, há ainda que sensibilizar para o cumprimento da escolaridade



obrigatória e da continuação do percurso educativo por parte das crianças e adolescentes. E não se esqueça que a integração social e a promoção individual passam pela assimilação de valores de cidadania. É importante divulgar informação abrangente sobre os direitos e deveres em matéria de cidadania e igualdade de género.

Quero ainda destacar, em matéria de Igualdade de Género e Coesão Social, o papel do empreendedorismo feminino. Os tempos que vivemos fazem apelo a recursos de solidariedade e coesão. Mas também de inovação e empreendedorismo. É claro, hoje, para todos e todas, que a providência já não vem do Estado, mas de um sistema mais complexo em que a articulação de iniciativas públicas e privadas promovem o bom aproveitamento de recursos e a criação de bem estar. As mulheres têm sensibilidades e recursos que lhes são próprios e que no universo económico têm lugar de relevo. Afastadas durante muitas gerações da capacidade de gerir e empreender, as mulheres afirmam-se hoje, nas microempresas como nas grandes empresas, como exemplos de eficiência e sucesso. Precisamos de mais mulheres a criar empresas e a criar emprego. Também aqui a política municipal tem lugar, com a criação de incentivos e a gestão adequada dos espaços públicos e das oportunidades que lhes estão associados.

Estes são passos essenciais para a construção de uma cidade mais justa e coesa. Como queremos Lisboa. Uma Lisboa que vai mudar e que pode e deve ser agora, com o PS na Câmara, um exemplo para Portugal.

“O PS tem um projecto

Para o distrito de Setúbal, ao contrário da CDU e da direita, o PS tem “um projecto claro”, afirma Vítor Ramalho, que põe em evidência o notável trabalho desenvolvido nas autarquias geridas pelos socialistas e destaca os projectos turísticos público-privados “sustentados em investimentos muito significativos” previstos para a península de Tróia, do concelho de Grândola, e para Alcácer do Sal.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação de Setúbal sustenta que o facto de não haver um desígnio para o distrito se deve ao conservadorismo das forças ditas de esquerda que têm dominado a maioria das autarquias, um facto que, na sua opinião, mais reforça a necessidade do PS cuidar do seu ideário “para reforçar a sua credibilidade e apresentar-se como alternativa nos concelhos onde não temos o poder”.

J.C. CASTELO BRANCO

Que balanço faz deste primeiro ano à frente dos destinos da Federação de Setúbal?

Muito positivo. Aliás, a projecção nacional de tomadas de posição da federação, em diferentes momentos, responde a esta questão. Relembro algumas – as que ocorreram quando o PCP impôs a saída do ex-presidente Carlos Sousa, ainda quando o primeiro vereador do PSD, Fernando Negrão, “fugiu” para Lisboa, desrespeitando-se em ambos os casos os mandatos recebidos, para não falar na clareza da posição concordante com a proposta de dissolução da Câmara de Setúbal apresentada pelo IGAT ou de contraposição à ausência de projecto das autarquias geridas pela CDU em relação à solidez de projectos das câmaras PS – Alcácer do Sal, Grândola, Montijo.

Quais as principais iniciativas que a Federação tem levado a cabo?

No plano da organização – a reabilitação integral da sede da federação, o reforço dos meios humanos e materiais, incluindo a aquisição de uma viatura, a criação de Departamentos, de um Conselho Consultivo alargado para aconselhamento do Secretariado, ainda de uma estrutura de aproximação dos militantes do distrito com funções institucionais, regionais ou nacionais, e de uma estrutura específica para o litoral alentejano.

No plano da formação, da comunicação e da relação com o Governo – várias iniciativas de formação autárquica, incluindo de apoio às dinamizadas pelas concelhias, a criação de um “site” da Federação, considerado por entidades conhecedoras como de invulgar qualidade, a solicitação constante da presença de membros do Governo para explicação das políticas concretas, a divulga-

ção regular de comunicados por todos os militantes e pela Imprensa e a realização de conferências de imprensa regulares.

No plano de relação com as estruturas locais e com a sociedade envolvente – a realização regular de reuniões de membros do Secretariado com as concelhias e secções e iniciativas com repercussão exterior, a última das quais foi a “Universidade de Verão”, que juntou personalidades de reconhecido mérito do PS e de independentes e ainda reuniões com associações empresariais, sindicais e não-governamentais de relevo.

No plano da relação dos deputados eleitos pelo distrito com os concelhos – deslocações calendarizadas a todos os concelhos, iniciando-se sempre com uma visita à respectiva Câmara.

Tudo isto enquadrado na moção que sufragou a nossa vitória e procurando assumir sempre uma atitude frontal, solidária e por isso mesmo sem subserviências.

Que acções estão programadas a curto prazo?

Várias e descentralizadas por todos os concelhos, na sequência da resposta anterior. No início de Novembro haverá lugar a uma grande iniciativa em Alcochete, que responderá às preocupações de atender às exigências de um pensamento para as prioridades do distrito como um todo.

Como se têm processado as relações com as concelhias e as secções?

Com preocupações de salvaguarda do ideário do PS e da defesa dos mais desfavorecidos e logicamente dos princípios, das causas e dos valores do partido valorizando a defesa e o debate das ideias. Fazendo-se notar sempre que o distrito de Setúbal é um distrito onde o coração da maioria dos nossos concidadãos bate à esquerda. O papel do partido é decisivo.



“O PS é um partido de causas e dos mais desfavorecidos”

“O ideário deve ser o nosso instrumento de acção”

“No distrito de Setúbal o coração dos eleitores bate à esquerda”

to claro para o distrito”

Um dos seus cavalos de batalha tem sido a denúncia dos atentados ao nível do ordenamento e ambientais que algumas câmaras do distrito se preparam para levar por diante? Qual o ponto da situação da luta que a sua Federação tem travado?

Sessenta por cento dos resíduos industriais perigosos existentes em Portugal são produzidos no distrito de Setúbal. É por isso que denunciámos sempre como demagógica e contra a qualidade de vida as posições contrárias à co-incineração. Prefere-se que os produtos industriais perigosos fiquem a céu aberto? Temos obviamente criticado a passividade de muitas câmaras da CDU e conosco os militantes e as estruturas locais. Exemplifico – no Seixal na “ponta dos Corvos” onde coexiste uma lixeira que se “concilia” com a prática de “turismo”, em certas zonas da Siderurgia Nacional onde a Câmara nem sequer licenciou uma empresa para tratamento de resíduos banais, no Barreiro, com a concentração das escórias na Quimiparque, nas lamas de Sines, para já não falar em incríveis atentados ao ambiente que existem com a aprovação de urbanizações inqualificáveis, de que é exemplo Santa Marta de Corroios, ou a forma como a Câmara de Almada lava as mãos como Pilatos do que se passa com o cordão dunar da Costa de Caparica, sempre mais preocupada com o betão.

Quais são os principais problemas com que o distrito de Setúbal se defronta?

O primeiro é seguramente o de não ter forjado até ao momento um desígnio para o distrito, no seu conjunto, que seja factor de convergência para uma aposta do seu desenvolvimento global. Isso deve-se a meu ver muito à persistência de forças conservadoras ditas de esquerda, na maioria das autarquias do distrito, o que mais reforça a necessidade do PS cuidar do seu ideário e, obviamente, dos seus princípios e valores para reforçar a sua credibilidade e apresentar-se como a alternativa efectiva dos concelhos onde não temos o poder.

Como se tem processado a abertura do partido?

O PS é em regra fortemente maioritário, nas legislativas, em todos os concelhos. Infelizmente, nas autarquias, nos 13 concelhos existentes, temos apenas três câmaras. As dez restantes são da CDU. Nas últimas eleições autárquicas, após a estrondosa vitória nas legislativas, perdemos três câmaras. Após a minha tomada de posse tenho reflectido muito e também com os militantes sobre

a responsabilidade que temos para inverter este estado de coisas que também se devem a insuficiências nossas. Só há um caminho – o da defesa das causas e de um projecto claro, transparente e solidário para o interior e para o exterior que seja desejado pelos eleitores. Isso implica atracção permanente dos mais capazes ao nosso seio. É isso que iremos reforçar com a iniciativa de Novembro em Alcochete. O partido deve ser uma escola de civismo.

Como avalia o trabalho realizado pelos nossos autarcas no distrito?

Muito positivo em geral. Como compreende não é fácil fazer

não o têm. Os eleitores saberão crescentemente valorizar o PS e é para isso que estamos a trabalhar, sem desfalecimentos nem cedências a populismos, com vista a eleições internas que eventualmente possam ocorrer. Fazemos o nosso trabalho com norte e o desejo de criarmos condições que reforcem a qualidade de vida dos eleitores e estes associem estas preocupações ao PS. Trabalhamos para ganhar as pessoas e os eleitores.

Que estratégia tem a Federação para colocar o PS como a principal força política na região?

Nas legislativas o PS já é de longe a principal força política,



oposição em câmaras geridas pela CDU em Almada, Barreiro, Seixal, Moita, Alcochete, Palmela, Setúbal, Sesimbra, Santiago do Cacém ou Sines ou em muitas juntas de freguesia. Há autarcas notáveis do PS e nestes valorizo muito o trabalho nas juntas de freguesia, onde existem militantes de invulgar qualidade. No confronto com as autarquias geridas pelo PS – Alcácer do Sal, Grândola e Montijo – a comparação pende largamente a nosso favor e isso temos de evidenciar.

De que forma é que o projecto socialista para o distrito se demarca da direita e da CDU?

Muito facilmente – o PS tem hoje para o distrito um projecto claro que envolve os concelhos da península de Setúbal e os do litoral alentejano. A realidade demonstra que a CDU e a direita

repeto. Repare que no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez o distrito foi aquele que teve o resultado mais favorável ao sim, tendo em atenção o número de eleitores e a abstenção. Isso não foi por acaso e deveu-se muito ao contributo notável do Departamento das Mulheres do Distrito, da Juventude Socialista e da mobilização das concelhias e secções, numa correcta política de alianças que temos de saber cuidar com pinças. Para colocar o PS como a principal força autárquica só há um caminho – reforçar a credibilidade e reconhecimento dos órgãos locais, a crescente valorização deles e dos militantes, alargando a base do nosso apoio. Não nos podemos esquecer que enquanto partido temos 0,7 por cento de militantes inscritos no conjunto dos eleitores potenciais.

Que balanço faz dos dois anos do Governo do PS?

O PS formou governo em condições muito difíceis e numa conjuntura adversa. Na maratona, que é o percurso de um mandato, há vários andamentos e a velocidade da corrida não é sempre a mesma. Nesta primeira metade do percurso, o facto de todos os nossos adversários se terem desgastado, fala por si. Isso é positivo para o governo ainda por cima o caminho teve muitos escolhos. Os espectadores têm reconhecido o bom acerto da corrida e isso vê-se nas sondagens. Nesta segunda fase da corrida, seguramente, com os adversários já distantes, o Governo deverá saber reinventar o projecto das causas do

“Para colocar o PS como a principal força autárquica só há um caminho – reforçar a credibilidade e reconhecimento dos órgãos locais, a crescente valorização deles e dos militantes, alargando a nossa base de apoio”

socialismo, reforçando a esperança dos espectadores do povo a que pertencemos. A questão social é decisiva.

E que comentário lhe merece a acção do primeiro-ministro?

O primeiro-ministro tem demonstrado ser um corredor de fundo. Acredito por isso, pelo que fez até hoje, que saberá também nesta segunda fase da “maratona” imprimir o suplemento da alma, sempre necessário a este tipo de “jogos” e que com a aproximação da meta se torna muito mais emocionante impondo a lógica do coração à razão. É que os números não têm alma.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Claro que há. Sobretudo a ideia que tenho aprendido muito com eles, em todos os domínios e que,

ao contrário do que alguns vaticinavam, persisto, com a mesma alegria e orgulho na federação do PS como na primeira hora em que me candidatei. Estou-lhes por isso grato. E se há mais alguma coisa a complementar é que aprendi ainda que o poder do dito “aparelho” a que agora pertencemos só faz sentido se visar a concretização do nosso projecto e das nossas causas e jamais a conquista do poder pelo poder ou o seu mero exercício, ou a manutenção. Proceder de outra forma seria agir como a direita. Se conseguir reforçar esta ideia sinto que isso será meio caminho andado para todos congregarmos esforços para a indispensável mudança autárquica de fundo no distrito.

Quais as principais linhas em que deve assentar o projecto socialista neste princípio de século, onde há o predomínio do pensamento neoliberal?

A clarificação sem tibiezas de defesa de causas e com elas dos sectores estratégicos que devem estar sob o domínio nacional, a definição do papel regulador e prestador de serviços do Estado, a valorização do espírito de servir a causa pública, a convergência de esforços para a superação dos factores de bloqueio da nossa produtividade, a diminuição significativa do fosso dos rendimentos, a justa repartição da riqueza, a efectiva garantia da igualdade de oportunidades, a defesa de um modelo sustentável de protecção social, a regulação do mercado, incluindo o mercado global, a defesa intransigente da paz e das regras do direito internacional, o combate ao “dumping” social com crescente intervenção da OIT e de convenções e recomendações que lhe respeitem, entre outros.

Como vê os projectos turísticos que estão em curso no distrito?

Os projectos turísticos sustentados em investimentos muito significativos, público-privados, situam-se na península de Tróia, do concelho de Grândola. Isso não sucede por acaso, tendo em atenção que é uma autarquia PS, que tem sabido atrair investimento. Grândola é o concelho com maior investimento turístico em curso, da ordem dos duzentos milhões de contos, em moeda antiga. Os projectos para Alcácer do Sal, outra Câmara do PS, embora situados noutro plano, mais no turismo cultural, que complementarizará o da península de Tróia são também muito promissores, embora com maior complexidade. Os investimentos de Tróia, que estarão concluídos em grande parte no próximo ano, serão um grande contributo para a comparação da mudança necessária na gestão autárquica do distrito. E depois há a estratégia do Montijo, feita com muita cabeça.

O PS EM SETÚBAL**Comissão Política****Eleitos**

Acácio Rodrigo Santos Lopes
 Adriano Mendes Telles Menezes
 Américo Manuel M. Gegoloto
 Ana Catarina Veiga S. M. Mendes
 1ª secretária da Mesa da CPD
 Ana Gomes Martins Costa Pais
 Ana Maria Rodrigues G. Silva Rocha
 Ana Paula Castro Sousa Covas
 António Cândido Almeida Teixeira
 António Fernando Cabos Gonçalves
 António Fernando Miranda Monteiro
 António Gamito Cháinho
 António Hugo Lindo Santos Caracol
 António José Filipe Santos
 António Manuel Veiga S.M. Mendes
 Artur Cortez Pereira Santos
 Benjamim Nunes Leitão Carvalho
 Carlos Gonçalves Oliveira Duarte
 Carlos João Coelho
 Carlos Manuel Cardoso Andrade
 Carlos Manuel Gouveia Lopes
 Catarina Marcelino Rosa Silva
 Daniela Raminhos Azevedo
 Edgar Basílio Bernardo
 Eduardo Arménio Nascimento Cabrita
 Presidente da Mesa CPD

Fernando César Antunes Costa
 Fernando Miguel Ramos
 Francisca Luís Baptista Parreira
 Henrique Alexandre M. Almeida
 Hugo Filipe Vieira Farto
 Hugo Manuel Reis Lopes P. Ferreira
 João Filipe Alves Barata
 José António Chocolate Contradanças
 José Caetano Clemente
 José Carlos Costa Velho Rodrigues
 José Carlos Nascimento Pereira
 José Francisco Santos
 José Joaquim M. Courinha Leitão
 José Luís Rosário Barão
 José Matos Leitão
 José Santos Coelho
 Manuel João Beatriz Afonso
 2º secretário da Mesa da CPD
 Maria Amélia Macedo Antunes
 Maria Clara Oliveira Silva
 Maria Emília Conceição Mondim Cruz
 Maria Fátima Alves Aguiar Lopes
 Maria Fernanda Santos M. C. Costa
 Maria Piedade O. Nunes Policarpo
 Maria Teresa Filipe M. S. Diniz
 Mário Custódio Leocadio
 Mauro Jorge Pinto Félix
 Nelson Carlos Simplício Pólvora
 Nuno António Paulo Martins
 Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta
 Nuno Vasco Alexandre Tavares
 Odete Teixeira S. S. Alexandre
 Pedro Alexandre Chora Estadão

Pedro Filipe F. Machado Ruas
 Pedro Miguel Ferro F. Almeida
 Ricardo Manuel Tojal Santos Ribeiro
 Ruben José A. Martins Raposo
 Samuel Pedro Silva Cruz
 Sara Isabel Conceição Ferreira
 Sérgio Francisco Lopes Santos
 Sofia Isabel D. Pereira Conde Cabral
 Susana Cristina Condeço Prates

Inerentes

António Fernando Meneses Rodrigues
 António Henrique Rodrigues Roseiro
 António Manuel C. Ferreira Vitorino
 Carlos Alberto Silva
 Duarte Manuel Lynce Faria
 Emídio Branco Xavier
 Idalino Sabido José
 José Justiniano Taboada Braz Pinto
 José Luís Nunes Catalão
 José Matos Cascão Silva
 Miguel José Tavares Cardoso
 Paulo Alexandre Mateus Carmo
 Pedro Manuel Igrejas Cunha Paredes
 Vítor Manuel Rodrigues Cabral

Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira**Presidente**

Rogério Manuel Coelho Fernandes

Alcides Soares Santos
 Ana Isabel Correia Santos
 Arminda Maria Capitão Palhais

Comissão Federativa de Jurisdição**Presidente**

António Isidro Carrilho Paracana

Aurélio Gomes Veiga
 José Miguel Leal Silva
 Luís Armando Catarino Costa
 Maria Madalena A. Alves Pereira
 Virgínia Maria Pereira
 Vítor Manuel Ramalho Ferreira

Conselho Consultivo

Alberto Marques Antunes
 Amadeu José Silva Penim
 Américo Albino Silva Salteiro
 António Augusto Marques Valente
 António Manuel Maldonado Gonelha
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Emídio Branco Xavier
 Fernando César Antunes Costa

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 José Dias Inocêncio
 José Ernesto Figueira Reis
 Manuel Mata Cáceres
 Maria Amélia Macedo Antunes

Presidentes de Concelhias

Alberto Manuel Gameiro Santos
 Sesimbra
 Arnaldo Pereira Gonçalves Frade
 Santiago De Cacém
 Artur Fernando L. Miranda Lemos
 Palmela
 Carlos Alberto Rio Salvador
 Sines
 João José Ferreira Mendes Massano
 Alcácer do Sal
 João Marcelino Silva Rodrigues
 Grândola
 José Artur Resina Bastos
 Montijo
 Jose Fonseca Gil
 Seixal
 Luís Armando Catarino Costa
 Setúbal
 Luís Filipe Pimenta Ferreira
 Barreiro
 Ruben José A. Martins Raposo
 Almada
 Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha
 Moita

Secretariado

Alexandre António Cantigas Rosa
 Amílcar Santos Romano
 Ana Maria Conde F. Vasconcelos
 Carlos Manuel Alves Trindade
 Catarina Marcelino Rosa Silva
 Eurídice Maria Sousa Pereira
 João Filipe Alves Barata
 José Dias Inocêncio
 José Manuel Cabrita Capelo
 Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha
 Maria Lurdes Morais Lamas R. Cunha
 Maria Teresa Mourão Almeida
 Mauro Jorge Pinto Félix
 Pedro Manuel Dias Jesus Marques
 Rui Miguel Conceição Carvalho
 Sofia Isabel D. Pereira Conde Cabral

Deputados AR

Alberto Arons Braga Carvalho
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga S. M. Mendes
 Joaquim Ventura Leite
 Maria Manuel Fernandes F. Oliveira

Maria Teresa Filipe M. S. Diniz
 Renato José Dinis Gonçalves
 Sandra Marisa S. M. Catarino Costa
 Vítor Manuel Sampaio C. Ramalho

Deputados PE

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira

Departamento Federativo das Mulheres Socialistas**Presidente Federativa**

Catarina Marcelino

Conselho Consultivo

Ana Isabel Correia Santos
 Ana Miguens Gomes
 Carla Cristina Rodrigues Silva
 Carla Rebelo Fialho Massano
 Cármen Marinho Ribeiro
 Cristina Margarida C. Bastos Canta
 Isabel João Neto Forte Gomes
 Licínia Maria Barata Rafael
 Maria Dália P. Pereira Vale Rego
 Maria Fátima Alves Aguiar Lopes
 Maria José Bruno Esteves
 Maria Lurdes Morais Lamas R. Cunha
 Paula Cristina Afonso Nogueira
 Sandra Marisa S. M. Catarino Costa
 Susana Cristina Condeço Prates
 Vanda Maria Canhoto Carvalho Rico

Secretariado

Ana Isabel Correia Santos
 Cármen Marinho Ribeiro
 Licínia Maria Barata Rafael
 Maria Fátima Alves Aguiar Lopes
 Maria José Bruno Esteves

Juventude Socialista**Presidente**

João Barata

André Batista
 António Caracol
 Bruno Alves
 David Jesus
 Gonçalo Gomes
 João Albuquerque
 João Lopes
 Marco Rocha
 Mauro Félix
 Nelson Pólvora
 Nuno Cavaco
 Pedro Pires
 Renato França
 Sónia Paulista



Novo regime do ensino superior entra em vigor em Outubro



A POSSIBILIDADE de universidades e politécnicos se tornarem fundações públicas de direito privado é uma das novidades do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), publicado no dia 11 em "Diário da República", e que entra em vigor em Outubro.

O RJIES foi aprovado em Julho na Assembleia da República em votação final global com os votos favoráveis do PS. Durante a discussão na especialidade, foram apresentadas ao projecto-lei do Governo 238 propostas de alteração, 74 da autoria do PS.

Uma das principais alterações prende-se com os artigos relativos à constituição de fundações, uma possibilidade prevista para universidades e politécnicos no diploma agora publicado em "Diário da República".

A inclusão de um artigo adicional, o 185º, que estipula que "a aplicação da presente lei é objecto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor", é outra das novidades consagradas no diploma.

O diploma reflecte também as mudanças introduzidas na escolha dos reitores, que serão eleitos e não designados, na sequência de anúncio público da abertura de candidaturas, a apresentação de candidaturas, a audição pública dos candidatos, com apresentação e discussão do seu programa de acção, e "a votação final do Conselho Geral, por maioria, por voto secreto".

Assim, podem ser eleitos reitores ou presidentes "professores e investigadores da própria instituição ou de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, de ensino superior ou de investigação e individualidades

de reconhecido mérito e experiência profissional relevante".

Por outro lado, os reitores vão também presidir às Assembleias Estatutárias, responsáveis pela elaboração dos novos estatutos das instituições, que têm agora seis meses para se adaptarem às novas regras.

A existência de um novo órgão nas instituições, o Conselho Geral, com 15 a 35 elementos, e a possibilidade de representantes dos estudantes e do pessoal não docente e não investigador poderem ser convocados a participar, sem direito a voto, nas reuniões desse órgão são outras medidas previstas no diploma.

O ministro da Ciência, Mariano Gago, considerou que o novo RJIES "é um contributo decisivo para a modernização do ensino superior português".

Assinados primeiros protocolos para empréstimos a estudantes do superior

JÁ SÃO sete as instituições bancárias que aderiram ao novo sistema de empréstimos para estudantes do ensino superior promovido pelo Governo.

Segundo o primeiro-ministro, José Sócrates, que presidiu à assinatura dos primeiros protocolos de adesão, integram já o sistema de crédito a estudantes o Banco Comercial Português (Millenium BCP), o Banco Espírito Santo (BES), o Banco Santander-Totta (Santander-Totta), a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Montepio Geral, o Grupo Banco Internacional do Funchal (BANIF) e o Banco Comercial dos Açores.

Nestes primeiros protocolos, assinados no Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, no mesmo dia em que também foi publicado no "Diário da República" o decreto que alarga a actividade das sociedades de garantia mútua à prestação de serviços conexos em benefício de estudantes do ensino

superior, as instituições bancárias acordaram disponibilizar, a partir do presente ano lectivo, um novo sistema de acesso automático ao crédito pelos estudantes de universidades e politécnicos.

"Este novo sistema acresce aos mecanismos de acção social escolar e é fortemente marcado pelo princípio da universalidade", sublinha um documento do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior.

De acordo com o Executivo, o novo sistema de empréstimos "permitirá também o apoio específico a alunos abrangidos por programas de mobilidade internacional, nomeadamente para estadias no estrangeiro no âmbito do Programa Erasmus e outros programas de intercâmbio internacional de estudantes".

"Os empréstimos terão uma taxa de juro mínima, com um *spread* máximo de um por cento, apurada com base na taxa dos *swaps*, não

dependente de avals ou garantias patrimoniais, que será reduzida para estudantes com melhor aproveitamento escolar", refere o Governo, para depois acrescentar que "o prazo de reembolso será de seis a dez anos após a conclusão do curso e pelo menos um ano adicional de carência de capital".

Refira-se ainda que para ter acesso a esta linha de crédito, os estudantes do ensino técnico ou superior deverão apenas apresentar o certificado de matrícula ou aceitação.

No caso do aluno ter idade inferior a 18 anos, o crédito será concedido aos pais ou outros familiares com grau de parentesco até ao segundo grau.

Acrescente-se ainda que serão concedidos créditos que poderão ir de mil a cinco mil euros por curso, até a um máximo de 25 mil euros.

O prazo deste crédito pessoal para estudantes é ajustado à duração de cada curso. **M.R.**

OPINIÃO



VICTOR HUGO SALGADO
Deputado

A bancada do Partido Socialista contribui de forma decisiva para o crescimento do ensino superior português, enquanto exemplo de capacidade, de renovação e de modernização no quadro da profunda evolução que percorre a sociedade do conhecimento europeu

VIRAGEM SEM PRECEDENTES NO ENSINO SUPERIOR

NO TERMINUS da X sessão legislativa, foi aprovado a Proposta de Lei numero 148/X, referente ao Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, passo fundamental para uma Europa enquanto um espaço comum integrado nos domínios da educação e da ciência, tendo como horizonte a concretização de uma área europeia de ensino superior e de um mercado de oportunidades de formação transnacional.

Este articulado, veio precisamente estruturar e preparar o sistema de ensino superior português para a sociedade do conhecimento europeu com uma profunda renovação e modernização do quadro de evolução que percorre o tecido do ensino superior nacional, catalisando os atrasos em soluções construtivas em busca de uma nova identidade, capaz de enfrentar os desafios que se adivinham e reforçando um dos pilares fundamentais que suporta a sociedade e o futuro do nosso país, a qualificação de alto nível, a produção e difusão do conhecimento.

Contrariamente ao reiterado em alguns órgãos de comunicação social, e sucessivamente afirmado pela oposição na Assembleia da República, a aprovação desta lei representa uma viragem sem precedentes para a comunidade estudantil, com a introdução de inúmeras mais valias, de onde cumpre destacar:

A reforma do Governo das instituições públicas com a abertura à participação externa a um conjunto de personalidades cooptadas (designados directamente pelos representantes, isto é, professores, investigadores, estudantes e pessoal não docente e não investigador que integram o Conselho Geral) que estimulem e garantam abertura do ensino superior à vida social, cultural e económica, criando pontes institucionais com o mercado de trabalho e permitindo a introdução de um elemento externo, sem interesses corporativos e com parecer obrigatório em matérias fundamentais para as instituições do ensino superior.

A criação da figura do provedor do Estudante que promove a garantia dos direitos dos estudantes, cuja a acção se desenvolve em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços das instituições, colmatando uma lacuna existente em inúmeras instituições do ensino superior.

A consagração legal do Conselho Pedagógico, assente em paridade entre professores e alunos e com reforço de competências, de onde se destaca a aprovação do regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes.

E, por último, mas não menos importante, o regime de avaliação dos professores, a consagração legal enquanto competência do Conselho Pedagógico, de promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação.

Por todas estas razões, uma vez mais a bancada do Partido Socialista contribui de forma decisiva para o crescimento do ensino superior português, enquanto exemplo de capacidade, de renovação e de modernização no quadro da profunda evolução que percorre a sociedade do conhecimento europeu.



OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

A Internet tornou-se uma ferramenta imprescindível, uma aliada fundamental, que tem permitido levar por diante, em muitos casos, uma autêntica revolução na forma como a própria Administração Pública se relaciona com os cidadãos e as empresas

O ECO!

É CONSENSUAL a necessidade que o país tem em tornar a sua Administração Pública (AP) mais eficaz e prestadora de melhores serviços públicos, no sentido de aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e de facilitar o contexto em que as nossas empresas operam, tornando-as mais competitivas.

Este Governo desde o início que percebeu isso. A prova está no lançamento de iniciativas no âmbito, por exemplo, do Plano Tecnológico, Simplex ou Ligar Portugal que visam, precisamente, entre outras coisas, essa modernização da nossa AP. Ora, na prossecução desta linha de acção, a Internet tornou-se uma ferramenta imprescindível, uma aliada fundamental, que tem permitido levar por diante, em muitos casos, uma autêntica revolução na forma como a própria AP se relaciona com os cidadãos e as empresas.

Já não estamos na fase de discutirmos se tais iniciativas merecem ou não a pena. Isso é já um dado adquirido por todos. Mesmo os partidos da oposição já não possuem argumentos que possam desmontar o mérito das medidas, face aos resultados conseguidos. Portugal foi considerado Top Reformer pelo Banco Mundial pelos resultados obtidos com o novo processo de criação de novas empresas, tendo resultado numa subida de 5 lugares na última edição do seu ranking Doing Business. Esta medida (Empresa na Hora) permitiu ainda a atribuição a Portugal do prémio europeu de iniciativa empresarial atribuído pela Comissão Europeia, na categoria Redução de Burocracia, escolhido entre mais de 4 centenas de projectos europeus candidatos. Portugal subiu 3 lugares no Ranking Europeu de Disponibilização de Serviços públicos on-line e é o 3º país da UE, segundo o relatório i2010 - Annual Information Society Report 2007, em termos da percentagem de serviços públicos básicos, para empresas, totalmente disponíveis on-line. Ainda em Julho deste ano se conheceu o relatório "Leadership in Customer Service" publicado pela Accenture, onde Portugal subiu 3 posições (de 19ª para 16ª) no ranking que avalia a qualidade dos serviços públicos, situando-se à frente de países da UE como a França, a Itália ou a Espanha. Já em Agosto de 2007, a Universidade de Brown, no seu relatório anual Global E-Government 2007 coloca Portugal em 7º lugar numa lista de 198 países de todo o mundo (o 2º no contexto da UE27, só atrás do Reino Unido), uma subida de 41 posições em relação à edição anterior.

Perante isto, não se torna necessário dizer mais nada. O eco que se vai sentindo em organizações internacionais insuspeitas é o sinal. O sinal que as coisas estão a mudar! De facto e reconhecidamente!



Cidadãos mais protegidos contra fumo do tabaco

COM vista a contribuir para a diminuição dos riscos ou efeitos negativos que o uso do tabaco acarreta para a saúde, foi já publicada, em "Diário da República", a lei que aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do consumo de tabaco.

O diploma concretiza, pois, o disposto pela Organização Mundial de Saúde, estabelecendo normas para a prevenção do tabagismo, a regulamentação da composição dos produtos do tabaco e das informações a prestar sobre produtos deste.

A nova legislação define também critérios para a embalagem e etiquetagem destes produtos, para a sensibilização e educação para a saúde, proíbe a publicidade a favor do tabaco, a venda a menores e através de meios automáticos, bem como a sua promoção ou patrocínio.

Estabelecem-se também medidas que visam a redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do consumo.

A nova lei do tabaco entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2008, data em que será proibido fumar nos seguintes locais:

- Instalações de órgãos de soberania, serviços e organismos da Administração Pública e pessoas colectivas públicas;



- Locais de trabalho e de atendimento directo ao público;
- Estabelecimentos onde sejam prestados cuidados de saúde ou se dispensem medicamentos ainda que não sujeitos a receita médica;
- Lares e outras instituições que acolham pessoas idosas, com deficiência ou incapacidade;
- Locais destinados a menores de 18 anos;
- Estabelecimentos de ensino e centros de formação profissional;
- Museus, centros culturais, arquivos e bibliotecas, salas de conferência, de leitura e de exposição;
- Salas e recintos de espectáculos e noutros locais destinados à difusão das artes e do espectáculo;
- Recintos de diversão e destinados a espectáculos de natureza não artística;
- Zonas fechadas das instalações desportivas;

- Recintos das feiras e exposições;
- Grandes superfícies comerciais e estabelecimentos comerciais de venda ao público;
- Estabelecimentos hoteleiros, de restauração ou de bebidas, incluindo os que possuam salas ou espaços destinados à dança;
- Cantinas, refeitórios e bares de entidades públicas e privadas destinados exclusivamente ao respectivo pessoal;
- Áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis;
- Aeroportos, estações ferroviárias, estações rodoviárias de passageiros e gares marítimas e fluviais;
- Instalações do metropolitano afectas ao público;
- Parques de estacionamento cobertos;
- Elevadores, ascensores e similares;
- Cabinas telefónicas fechadas;
- Recintos fechados das redes de levantamento automático de dinheiro;
- Veículos afectos aos transportes públicos, de transporte de doentes e teleféricos.

O diploma abre também algumas excepções, sendo contemplados, entre outros, hospitais e serviços psiquiátricos, centros de tratamento e reabilitação, unidades de internamento de toxicódependentes e de alcoólicos, estabelecimentos prisionais e estabelecimentos de ensino superior. **M.R.**

Propriedade das farmácias aberta a não farmacêuticos

COM o novo regime jurídico das farmácias, que entrará em vigor dentro de dois meses, será valorizada a componente deontológica do sector e serão afastadas as regras que restringiam a propriedade exclusivamente a farmacêuticos, ficando agora aberta a propriedade a pessoas singulares e a sociedades comerciais.

O decreto-lei respectivo, publicado em "Diário da República" no passado dia 31 de Agosto, com o qual o Governo do PS quer reforçar o regime de incompatibilidades em relação à propriedade, exploração e gestão de farmácias, quer directa quer indirectamente, ressalta também a regulação da direcção técnica da farmácia, exigindo, em primeiro lugar, que esta seja assegurada, em permanência e exclusividade, por um farmacêutico sujeito a regras próprias, de modo a garantir e promover a qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados aos utentes.

A autonomia do papel do director técnico ganha, por outro lado, relevo, atendendo à dissociação

entre propriedade da farmácia e titularidade por farmacêutico.

Neste sentido, impõem-se deveres precisos, oponíveis ao proprietário, cujo controlo também pode ser efectuado pela Ordem dos Farmacêuticos.

A vinculação jurídica do director técnico ao cumprimento das disposições gerais do diploma, designadamente a promoção do uso racional do medicamento e os deveres de colaboração e de fármaco vigilância, reflecte, no entender do Executivo de José Sócrates, o interesse público que caracteriza a actividade.

Destaque-se ainda a alteração das normas relativas ao quadro de pessoal das farmácias, que estabelecem agora como regra que a farmácia disponha de dois farmacêuticos, garantindo assim que, nas ausências e impedimentos do director técnico.

O novo regime jurídico continua a prever a atribuição de novas farmácias através de concurso público, mas a regulação do licenciamento será objecto de diploma próprio, uma vez que os requisitos

sofrerão algumas modificações, em função da alteração subjectiva da propriedade da farmácia e da promoção da partilha justa e equitativa de alvarás.

O novo regime estabelece também a possibilidade de transferência de farmácias dentro do mesmo município, independentemente de concurso público e de licenciamento, em decorrência do princípio da liberdade de instalação.

No que respeita à venda de medicamentos, o novo regime permite às farmácias dispensarem-nos através da Internet e ao domicílio, no caso de não necessitarem de receita médica.

Fica aberta também a possibilidade de as farmácias adquirirem medicamentos através de concurso, situação que era expressamente proibida na legislação agora revogada.

O decreto-lei institui finalmente a obrigação de as farmácias disporem de livros de reclamações e acrescenta a possibilidade de os utentes reclamarem numa área determinada de um sítio na Internet, específica para estas situações.

Socialistas de Arganil contestam delapidação do património municipal

O PS de Arganil denunciou que o Executivo municipal liderado pelo PSD se prepara para transformar o edifício da antiga Cerâmica Argalinense num centro comercial, através de uma operação urbanística que vai delapidar o património municipal.

“Ao invés de se constituir como um equipamento estruturante, com uma verdadeira utilidade cultural e social para a vila e concelho de Arganil, estamos perante a construção de um ‘centro comercial’, referem, em comunicado, os vereadores socialistas na Câmara Municipal de Arganil.

E concluem que “esta é tão-só uma pura e dura operação imobiliária, promovida e a realizar pela Câmara, utilizando para tal um património público”.

O comunicado refere ainda que as dúvidas colocadas pelo vereador António Simões relacionadas com um conjunto de insuficiências técnicas no projecto, programa de concurso, caderno de encargos e programa funcional, levaram o Executivo camarário a retirar o assunto da última reunião da

autarquia.

O PS defende que o projecto deve merecer “um debate público alargado com vista à recolha de opiniões e pontos de vista, sobre uma obra que deve ser obrigatoriamente consensual, aliada ao lançamento de um concurso de ideias envolvendo escolas e entidades com competências na área da arquitectura”.

Segundo os socialistas, “o Executivo do PSD abandonou um projecto de desenvolvimento para os arganilenses, em favor de um simples projecto imobiliário de contornos discutíveis”.

Os vereadores do PS entendem ainda que a Câmara “consegue, simultaneamente, delapidar um património municipal, ao qual os arganilenses têm uma forte relação afectiva, assinar a ‘certidão de óbito’ do edifício do Teatro Alves Coelho”, na medida em que “não mais se justificará a existência de dois equipamentos com as mesmas características e funcionalidades” e ainda contribuir “para o acentuar das dificuldades que afectam o comércio local”. **J.C.C.B.**

Maioria de direita quer destruir empresa de resíduos sólidos

CÂMARA DE COIMBRA

O PS acusou a maioria CDS-PSD-PPM da Câmara de Coimbra de preparar a “certidão de óbito” da Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos do Centro (ERSUC), ao criticar publicamente o serviço que a entidade multi-municipal presta na zona antiga da cidade.

Em causa estão afirmações do vereador que detém o pelouro da Qualidade de Vida, Luís Providência (CDS), ao admitir que a autarquia poderá lançar até ao final do ano um novo concurso para a recolha de lixo na Alta e na Baixa, devido à insatisfação pelo serviço prestado pela ERSUC no centro histórico da cidade.

Ao intervir na semana passada na reunião quinzenal do Executivo camarário, o vereador do PS Vítor Baptista disse que os planos da maioria de direita quanto à relação contratual do município com a empresa (criada nos anos 90, quando o socialista Manuel Machado liderava a Câmara) correspondem, na prática, a “uma espécie de passagem da certidão de óbito à ERSUC”.

Para Vítor Baptista, as declarações do vereador do CDS, reitera-

das na sessão, “dão a sensação” que a ERSUC “não tem capacidade de resposta”.

O vereador e deputado do PS acusou a maioria de promover “um conjunto de factos políticos”, designadamente através de notícias nos jornais, “para que a empresa fique com dificuldades na sua gestão financeira”.

Vítor Baptista salientou que tal se verifica numa altura em que o administrador-delegado da ERSUC, Alberto Santos, afecto ao PSD, se prepara para abandonar o cargo, depois de ter sido escolhido pelos municípios da região para integrar a gestão do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) no Centro.

OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado

O Governo dá sinais de cumprimento das medidas anunciadas, colocando, cada vez mais, as questões da segurança no mar, como prioridades na governação

SEGURANÇA NO MAR

O MAR, unindo ou separando continentes, países, regiões, ou povos, exercendo sobre o homem o fascínio da sua imensidão, na calma das suas águas, ou na força tumultuosa das tempestades, embora despertando atracção e aventura, sempre suscitou justificados temores e receios.

“Para o cruzar, quantas mães choraram... e quantas noivas ficaram por casar ...”. (F. Pessoa)

O mar tem sido considerado ao longo dos tempos um meio objectivamente hostil, e as questões da segurança nesse meio, devem merecer a nossa constante preocupação.

A importância desta temática aflorou, de novo, pela infeliz ocorrência, em 29 de Dezembro de 2006, do naufrágio da embarcação de pesca “Luz do Sameiro” na praia da Légua – Nazaré, em que pereceram seis dos sete tripulantes, a cerca de 50 metros da praia.

Os requisitos e a filosofia de segurança dos barcos e das pessoas embarcadas têm vindo a evoluir sob a pressão dos acidentes e em interdependência com os progressos tecnológicos e os requisitos funcionais. E as mudanças de procedimentos na busca de soluções surgem, infelizmente, muitas vezes só depois de catástrofes e, para muitos, já tarde de mais.

A Assembleia da República manifestou, perante aquele naufrágio, a sua preocupação sobre as visíveis falhas nos meios de socorro e salvamento e, pronunciou-se, por unanimidade, pela necessidade de ser efectuada uma averiguação aos meios de salvamento utilizados e falhas eventualmente ocorridas.

As conclusões do relatório da auditoria aos procedimentos de busca e salvamento em vigor na marinha e na força aérea, de pronto levado a cabo pela Inspeção-Geral do Ministério da Defesa Nacional, vieram confirmar falhas na coordenação de procedimentos entre as entidades a quem incumbe os assuntos de busca e salvamento, e a persistência de velhas insuficiências dos meios de comunicações de intervenção e salvamento.

Dando resposta às questões suscitadas e às recomendações contidas no relatório, o Ministério da Defesa Nacional, em nota de 28/3/07, anunciou a programação e execução de várias medidas importantes, necessárias à melhoria e aperfeiçoamento do sistema, mormente o reforço à prioridade de implementação do sistema de comunicações GMDSS e à sua articulação com o novo sistema VTS, sendo que ambos os sistemas, e ainda o Monicap, facilitarão a localização exacta das embarcações. Do ponto de vista da utilização dos meios aéreos foi determinada a adopção de sistemas de alerta prévios, visando reduzir o tempo de resposta após o pedido do meio aéreo, e ainda o estudo da possibilidade de revisão da localização desses meios, para otimizar a cobertura do território nacional, quer durante o período diurno quer durante o período nocturno. Foram tomadas medidas de aplicação do processo de avaliação e resposta às necessidades de busca e salvamento, tendo sido determinado aos Chefes de Estado-Maior da Armada e da Força Aérea que aprovelem directivas comuns quanto à articulação dos respectivos serviços de busca e salvamento.

Diagnosticando, assim, velhas falhas no sistema, o Ministério da Defesa Nacional apontou a adopção de medidas que acolhem os anseios antigos dos profissionais marítimos, dos quais salientamos uma resposta ao essencial do evidenciado nessas conclusões, mormente quanto a meios de alerta e à rápida resposta de meios de salvamento. Enfatiza também o relatório a questão essencial da formação prática dos tripulantes, numa cultura de salvaguarda da vida humana no mar, vertente essa que deve ser encarada no que respeita ao uso correcto

dos equipamentos individuais de salvamento e à activação dos instrumentos de socorro disponíveis. Neste sentido está anunciado pelo M.D.N. a elaboração de um Plano de Formação e Sensibilização dos Navegantes, na correcta e eficaz utilização dos meios de socorro e salvamento.

Sendo a frota pesqueira portuguesa a segunda mais envelhecida da União Europeia, com a média de idade de 45,7 anos (contra 23,9 da média comunitária), esse facto também pesa nas preocupações de segurança daqueles que as utilizam no meio hostil em navegam.

A criação da Associação “Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar” com sede em Vila do Conde, nascida do grito de revolta daqueles que viram morrer “camaradas” de profissão à vista da costa, sem lhes poder acudir, constitui uma louvável iniciativa que visa transmitir à classe, mais informação e formação, pugnando pela sua desejável segurança.

Também a programada realização da Conferência Mundial de Salvamento Aquático WWS 2007, que decorrerá em Matosinhos nos dias 27, 28 e 29 de Setembro, sob os auspícios da International Life Saving Federation e com a responsabilidade organizativa da AsNasA – Associação de Nadadores Salvadores e do INS – Instituto de Socorros a Náufragos, abordando a temática da segurança, prevenção e salvamento aquático, é um passo importante na abordagem e tratamento da segurança no mar, a merecer especial atenção e acompanhamento pelas autoridades nacionais que se associam a esta iniciativa.

Tendo o relatório da auditoria atrás referido diagnosticado a persistência de velhas insuficiências e falhas de coordenação, o Governo deu resposta às recomendações nele contidas e, para além de anunciar medidas várias, colmatando falhas de anteriores responsáveis, avançou com a concretização de um protocolo-quadro, celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Administração Interna, envolvendo como signatários o Chefe de Estado-Maior da Armada, o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea e a Autoridade Nacional de Protecção Civil, definindo as bases gerais de cooperação entre os Centros de Coordenação de Busca e Salvamento, visando a rentabilização e a agilização do emprego dos meios, procurando a sua interligação permanente por circuitos dedicados de comunicação, e desenvolvendo um mecanismo de alerta que garanta uma rápida intervenção. Paralelamente estão em curso os desenvolvimentos dos meios anunciados, quer no que concerne aos sistemas de detecção e comunicação, nomeadamente quanto à implementação do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS) está em curso o processo que permitirá rentabilizar a utilização partilhada das infra-estruturas do Sistema de Controlo de Tráfego Costeiro (VTS-costeiro), que se encontra em edificação.

No que concerne ao reforço dos meios de intervenção aéreos e marítimos, três novas lanchas vão estar ao serviço do Instituto de Socorros a Náufragos, cujo quadro de profissionais será reforçado com trinta e um novos elementos, sendo de registar a acção permanente de observação aérea dos aviões P-3P Orion, que cumprem, entre outras, missões de segurança e de busca e salvamento, em coordenação com os helicópteros EH-101 Merlin, da base aérea do Montijo e com a permanência no Aeródromo de Manobra de Ovar de um helicóptero ligeiro Alouette III, que fazem parte do dispositivo aéreo de busca e salvamento.

Deste modo, o Governo dá sinais de cumprimento das medidas anunciadas, colocando, cada vez mais, as questões da segurança no mar, como prioridades na governação.

OPINIÃO



JORGE ALMEIDA
Coordenador do GP/PS para
a Agricultura
Co-relator da AR para a OCM
Vitivinicola

*A questão da
defesa das
denominações
de origem,
será talvez
o ponto mais
crítico, sensível
e decisivo
na reforma
e onde não
podemos
claudicar*

A REFORMA DO VINHO EUROPEU É INADIÁVEL

A VITIVINICULTURA europeia enfrenta de há alguns anos a esta parte, enormes e acumulados problemas. Inicialmente conjunturais, eles são agora consolidadamente estruturais, e exigem um conjunto de medidas reformadoras, profundas e consequentes.

O nosso país é um dos países mais interessados numa reforma europeia do vinho. Por cada ano que passa, as dificuldades dos pequenos e médios agricultores vão-se acentuando, começando a haver indícios preocupantes do abandono do sector por parte dos mais vulneráveis.

No nosso país e na UE o consumo de vinho tem vindo a diminuir de forma significativa de há uma década a esta parte, não sendo acompanhado nessa regressão, pelos quantitativos de produção, que nalguns países, até têm crescido.

A razão pela qual o preço do vinho consumo corrente atingiu preços tão baixos, autenticamente incomportáveis, no essencial, não se deve a qualquer medida política nacional, mas sim aos volumosos excedentes que se vêm acumulando em toda a Europa.

A UE gasta perto de 500 milhões de euros por ano (de todos nós) só com a eliminação de excedentes de vinho para os quais não há mercado.

Impõe-se por isso uma reforma europeia, que rapidamente faça equilibrar a oferta e a procura, promova os vinhos de qualidade no contexto do comércio global, melhore o rendimento dos agricultores, proteja o ambiente, e reforce o tecido social das regiões mais sensíveis.

Mais de um ano após a apresentação da primeira proposta, e dois meses após a audiência pública no Parlamento Português, a comissária Marian Fischer Boll concretizou, no passado dia 4 de Julho, a apresentação da proposta definitiva para a reforma da OCM vitivinícola.

Seguir-se-ão várias reuniões no Conselho de Ministros da Agricultura da União, e uma aprovação final que desejamos que seja conseguida antes do final do ano, o mesmo que é dizer durante a presidência portuguesa.

Então, e após esta última proposta da Comissão, qual o ponto da situação?

Há claramente pontos positivos, sinais de evolução no bom sentido, em termos de apreciação comparada com a primeira versão, mas ainda algumas incógnitas sobre aspectos essenciais da reforma.

O arranque, necessário para equilibrar a oferta e a procura, é voluntário, bem pago, gerido pelo Estado-membro e respectivas regiões, permite que o terreno fique afecto ainda a um subsídio anual de desligamento, onde pode ser instalada uma outra cultura. Apontam-se 200 mil hectares na Europa, e 17 mil em Portugal. No nosso caso o arranque será em vinhas decrépitas, sem qualidade, que provavelmente iriam ser objecto de abandono nos anos mais próximos.

O desaparecimento do subsídio à destilação para álcool de boca, medida penalizadora para os Doc Porto, Madeira e Moscatel, que fará encarecer pelo menos em 20 por cento a aguardente, e que exige da nossa parte uma postura negocial muito firme, como forma de obtenção de medidas

extraordinárias compensadoras para os nossos licorosos, sob pena da sua perda de competitividade.

Ao mesmo tempo é proposta a proibição da chaptalização, qual rei de trufos a usar provavelmente no round final, e cuja operacionalização não deixaria de constituir uma medida muito benéfica para o mercado dos nossos vinhos.

Mas a questão da defesa das denominações de origem constitui ainda um ponto crítico relevante, ainda não dissipado na última versão da proposta. O espectro da liberalização do plantio após 2014 ainda se mantém, se bem que condicionado à existência de mercado para as novas plantações a instalar.

Para os vinhos sem indicação geográfica, ou seja, vinhos de mesa, fora das denominações de origem, o texto, embora curto, até poderá ser aceitável, mas para os Doc, a imprescindibilidade de um cadastro, como instrumento para a gestão do património vitícola, dum organismo certificador e dum órgão interprofissional, farão a diferença



entre a manutenção do modelo histórico, fundiário, sociocultural das nossas regiões demarcadas, e o modelo totalmente liberal australiano da mega propriedade, onde o sector do vinho não é mais do que uma actividade industrial pura e dura.

A questão da defesa das denominações de origem será talvez o ponto mais crítico, sensível e decisivo na reforma e onde não poderemos claudicar.

De salientar ainda a negociação em torno do envelope financeiro, que para os interesses portugueses já sofreu alguma melhoria, pelo maior peso relativo conferido à área plantada, mas que está ainda longe de corresponder às nossas expectativas. Para aí terão que ser vertidos também os apoios financeiros de compensação pela perda do subsídio ao álcool de boca e ainda medidas específicas para a vitivinicultura.

A competente equipa governamental tem a seu cargo uma grande responsabilidade. Pelo conhecimento profundo do sector, e pela clareza da análise prospectiva que tem feito, estamos seguros de um bom desfecho para esta reforma.

Pela nossa parte, a nível da Subcomissão de Agricultura o trabalho de casa continuará a ser feito.

O sector e as suas organizações, no seu conjunto, têm também dado uma boa contribuição para encaminhar a reforma no melhor sentido. Para já o saldo é positivo. Mas teremos que assegurar ganhos em toda a linha. Oxalá não nos faltem países aliados na negociação final global.

Escolas vão poder gerir recursos humanos, pedagógicos e financeiros



CONTRATOS DE AUTONOMIA

No âmbito da política de combate ao abandono e insucesso escolares que o Governo vem prosseguindo, 22 estabelecimentos de ensino assinaram na semana passada com o Ministério da Educação os primeiros contratos de autonomia, que representam, segundo o primeiro-ministro, José Sócrates, um sinal de "confiança" do Estado na escola pública.

AQUELES estabelecimentos de ensino, que integraram a fase-piloto da avaliação externa das escolas, passam assim a gozar de maior independência na gestão pedagógica, do currículo, dos recursos humanos e financeiros e de organização interna, comprometendo-se, por outro lado, a melhorar os resultados dos alunos e a diminuir as taxas de abandono escolar.

Os modelos de autonomia estão dependentes dos problemas específicos e particulares de cada estabelecimento de ensino, bem como dos objectivos que a escola se propôs alcançar em relação ao sucesso e abandono escolares.

Na cerimónia, que decorreu nas instalações do Ministério da Educação de Caparide, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, salientou que mais autonomia não significa mais recursos.

"As escolas assumem determinados objectivos e compromissos, tendo em vista a melhoria dos resultados escolares. Ganham autonomia como um instrumento de trabalho para gerir com maior eficiência os recursos públicos. Não é um instrumento para as escolas terem mais recursos", garantiu Maria de Lurdes Rodrigues.

Os contratos de autonomia variam consoante os resultados de cada escola no processo de avaliação

externa e em função da avaliação que cada estabelecimento de ensino realizou da sua capacidade de gestão.

Os contratos são válidos por três anos e a sua execução é acompanhada por uma comissão da qual fazem parte elementos da escola, encarregados de educação, representantes das autarquias e do Ministério da Educação.

Ao fim de três anos haverá uma avaliação final que determinará a renovação do contrato ou não e no caso da renovação poderá ser decidido o eventual alargamento da autonomia.

Para o primeiro-ministro, José Sócrates, os contratos de autonomia, previstos desde 1998, são um "sinal claro da confiança do Estado na escola pública", bem como dos estabelecimentos de ensino "que não têm medo da avaliação externa nem de cumprir os objectivos propostos".

"É um sinal da confiança do Estado nas suas escolas, no sistema de avaliação e na melhoria dos resultados escolares dos alunos", afirmou José Sócrates.

Maria de Lurdes Rodrigues referiu ainda que os contratos prevêm a abertura das escolas à comunidade, com parcerias com as autarquias e as associações de pais, focando ainda questões como a Educação para a Cidadania e a igualdade de oportunidades de acesso ao ensino.

Integram a segunda fase da avaliação externa, que já está concluída, 102 escolas, enquanto para a terceira fase já estão seleccionados 274 estabelecimentos de ensino. A partir de 2008 o ritmo de avaliações externas será de 300 por ano, até serem atingidas as 1.200 unidades de gestão.

O alargamento da avaliação e o desenvolvimento da autonomia das escolas são considerados pelo Ministério da maior importância, uma vez que são instrumentos de gestão que permitem melhorar o sistema de ensino e os resultados escolares dos alunos. **J.C.C.B.**

10 Novidades nas escolas



ANO LECTIVO 2007/08

Apoios para concluir o secundário

Em dois anos assistimos a uma grande mudança no ensino secundário: mais alunos, em particular nos cursos profissionais, melhores resultados e diminuição dos números do insucesso e do abandono.

Vários estudos apontam como principais factores do abandono escolar, no secundário, as dificuldades económicas das famílias e a necessidade de os jovens começarem a trabalhar.

1. Mais apoios para mais alunos do secundário

Foram já alterados os limites de capitação do rendimento das famílias mais carenciadas e aumentado em 27 por cento o valor das comparticipações em livros, material escolar, alojamento, refeições e auxílios económicos. O objectivo é alargar o número de alunos do ensino secundário abrangidos pela acção social escolar e reforçar os apoios.

2. Acesso a bolsas de mérito a mais alunos

Serão alteradas as regras de acesso a bolsas de mérito para os melhores alunos do secundário, passando a ser abrangidos também alunos que, não estando incluídos pela acção social escolar, pertençam a agregados familiares com baixos rendimentos.

3. Subsídios de transporte

Serão atribuídos subsídios de transporte aos alunos dos cursos profissionais do ensino secundário.

Escola a tempo inteiro e rede de escolas

Ao longo dos últimos dois anos o Ministério da Educação e as autarquias fizeram um esforço conjunto para melhorar as condições de ensino de aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico, nomeadamente através do reordenamento da rede e do programa da escola a tempo inteiro.

O principal obstáculo à escola a tempo inteiro tem sido o funcionamento das escolas em regime de desdobramento de horário: em 2005 cerca de 50 por cento das escolas não tinham condições para funcionar a tempo inteiro.

Este ano, cerca de 90 por cento das escolas do 1.º ciclo funcionarão em regime normal, permitindo consolidar e melhorar as condições de promoção e de concretização do programa das actividades de enriquecimento curricular.

4. Apoio à família

Serão criadas condições para proporcionar apoio a mais famílias nas interrupções lectivas e nos períodos de início e fim de dia, envolvendo, para além das IPSS, as associações de pais e as autarquias.

Escolas, autonomia e gestão escolar

Foram alterados os instrumentos de gestão e de funcionamento das escolas com o objectivo de as tornar mais eficientes. Este ano, muitas das medidas entrarão em vigor pela primeira vez.

5. Estabilização do corpo docente

Foram alteradas as regras do concurso de colocação de professores, tendo sido adoptado um regime mais estável. Pela primeira vez, os professores manter-se-ão na mesma escola, podendo acompanhar os seus alunos, ao longo de um ciclo.

6. Professores titulares

Será o primeiro ano de exercício de funções de avaliação e de coordenação por professores titulares em todas as escolas – foram providos cerca de 33.500 professores titulares, ao longo de um ciclo.

7. Celebração de contratos de autonomia

Ainda antes do início do ano lectivo foram celebrados os primeiros contratos de autonomia, entre as DRE e as escolas ou os agrupamentos de escolas: estes funcionarão com mais autonomia na gestão pedagógica, do currículo, dos recursos humanos e financeiros, bem como de organização interna.

Manuais escolares

Foi alterada a lei da avaliação dos manuais escolares, para melhorar a sua qualidade, aumentar o seu período de vigência, e facilitar a sua reutilização. Foi também renegociada a convenção de preços e estabelecido um acordo com os editores escolares que, mantendo condicionado o aumento dos preços dos manuais, define novas condições de produção de manuais e novos calendários de adopção.

8. Manuais do secundário na convenção de preços

Os manuais do ensino secundário foram integrados na convenção de preços, limitando a actualização do seu preço de venda ao público ao nível da inflação.

9. Reutilização de manuais

A vigência dos manuais passa para seis anos. A partir das próximas adopções, os manuais deixam de poder conter espaços para preenchimento, o que permitirá a sua reutilização.

Cessa a obrigatoriedade de manuais escolares nas disciplinas de educação física, de música ou educação musical e de educação visual e tecnológica.

10. Aumento dos apoios para a aquisição de manuais

Aumento dos apoios às famílias carenciadas para a aquisição de manuais, cobrindo tendencialmente a totalidade dos seus custos para mais de 200 mil alunos.

OPINIÃO



RICARDO GONÇALVES
Deputado do PS eleito por Braga

Não posso deixar de saudar, nesta altura, os primeiros médicos saídos do curso da Universidade do Minho – um curso que, recorde-se, foi implementado por um dos governos do Partido Socialista

UMA SAUDAÇÃO AOS PRIMEIROS MÉDICOS FORMADOS NA UNIVERSIDADE DO MINHO

POR várias vezes temos reforçado a ideia de que Braga se evidencia, cada vez mais, de uma forma progressiva, como um verdadeiro centro de tecnologia, sabendo acompanhar o rumo traçado para o futuro e dando passos firmes e decisivos em diversas áreas. E também no sector da Saúde existem todas as condições para que Braga se afirme verdadeiramente como um importante “cluster”.

Daí que não possa deixar de se saudar, nesta altura, os primeiros médicos saídos do curso da Universidade do Minho (UM) – um curso que, recorde-se, foi implementado por um dos governos do Partido Socialista.

A importância destes novos médicos – os primeiros a serem formados na UM, repete-se – para o Minho é por demais evidente. Também eles poderão – sendo-lhes dadas as condições e os incentivos imprescindíveis – fazer de Braga uma cidade que transforme a Saúde numa das principais actividades da região em termos de inovação e tecnologias.

Estes jovens que há poucos anos chegaram a Braga como estudantes ainda caloiros foram bem recebidos, bem tratados e por aqui passaram uma parte importante das suas vidas. E será também importante criar condições para que fiquem por estas bandas. Em Lisboa e Porto, com boas faculdades, mais antigas, isto acontece, sendo que Coimbra é dos casos mais flagrantes, com um médico em média por 120 habitantes, quando a média nacional anda em um médico por 330 habitantes.

Já hoje em Braga existem bons cuidados de saúde. O Hospital de S. Marcos tem feito nos últimos tempos um esforço notável para se modernizar, o mesmo acontece com o Hospital da Senhora da Oliveira em Guimarães e outros congéneres. Já é possível marcar consultas entre o Centro de Saúde e o Hospital através da Internet, as novas tecnologias estão cada vez mais ao serviço dos médicos e dos pacientes. E há ainda as Unidades de Saúde Familiares, como exemplo dos cuidados primários modernos no âmbito da política do actual Governo. Para já não falar no novo hospital privado de Braga em fase de arranque, no novo Hospital de Barcelos (com a implementação de operações em ambulatório e tecnologia de ponta) ou nos Centros Hospitalares.

Por outro lado, é inquestionável que a “Faculdade de Medicina” na Universidade do Minho já há muito ganhou prestígio, além de se constituir como um exemplo de modernidade e de beleza arquitectónica. Se pensarmos que para alguns destes novos médicos este curso não era o de primeira escolha mas que hoje se sentem perfeitamente satisfeitos e integrados, temos de convir que tal se deve à dinâmica desta Escola Superior de Ciências da Saúde, qualificada, já, como das melhores da Europa. Pode mesmo dizer-se que o humanismo de Braga, impregnado há séculos, foi absorvido pela Escola.

Ali o que se faz é estudar o doente, mais do que as doenças e o trabalho começa logo com as pessoas no terreno, colmatando, assim, uma lacuna que se verifica em muitos outros estabelecimentos do género e projectando, para o futuro, um melhor atendimento e um incremento das relações humanas, criando as condições para uma maior e profícua proximidade entre o médico e o paciente.

A partir de agora, estes recém-formados entrarão em especialidade. O que se pretende aqui deixar bem expresso é o desejo de que gostem do seu trabalho e que fiquem, porque fazem falta à região. E que os belos tempos passados em Braga tenham não menos belo prolongamento. Porque, como dizia um antigo aluno, “não há como o tempo do estudante prolongado no tempo”...

EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

Setembro, ao trabalho!

SETEMBRO é, tradicionalmente, um mês de recomeço.

O “Acção Socialista”, um dos jornais oficiais do PS que no próximo ano cumprirá 30 anos de vida, recomeça Setembro com a determinação de ser, cada vez mais, um espaço de comunicação sobre a vida do e no nosso partido.

Foi por isso que no último ano iniciámos a publicação de um espaço dedicado a cada uma das Federações do nosso partido; foi por isso que no último ano reforçámos a existência de conteúdos especialmente dedicados ao trabalho dos nossos autarcas; foi por isso que temos vindo a privilegiar, no nosso jornal, a publicação de entrevistas e de artigos de opinião dos protagonistas políticos do nosso partido e do nosso Governo; foi por isso que com preocupações económicas e ambientais iniciámos a distribuição digital do jornal – procurando cada vez mais, e sempre que possível e solicitado pelos militantes, substituir o papel pelo e-mail.

2009 vai ser um ano determinante para Portugal e para o PS. Teremos eleições para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as autarquias. O PS nunca hesitou colocar acima de tudo os interesses do país, mas esta verdade e esta realidade só podem ser conhecidas por todos os portugueses, desde que todos nós socialistas estejamos informados sobre o trabalho que todos os dias os nossos militantes, os nossos autarcas, os nossos deputados e os nossos governantes fazem a favor de um Portugal com mais oportunidades para todos!

Não é preciso ser militante do PS para reconhecer que nunca um Governo em Portugal em dois anos e meio de acção e herdando uma governação de desnorte, foi capaz de ter tanto sucesso em políticas como as finanças públicas (onde este ano vamos cumprir o objectivo da redução do défice orçamental para 3,3 por cento do PIB), no crescimento económico (superior à média da zona euro), aumentando as exportações e o investimento quando simultaneamente melhorou a escola (com menos abandono escolar, mais sucesso escolar e mais rigor), criou o Programa Novas Oportunidades (determinante na formação de profissionais mais qualificados e mais competitivos), possibilitou um sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior (que premeia o mérito e o valor dos nossos estudantes), possibilitou o acesso à Internet de banda larga a todas as escolas portuguesas, bem como contribuiu decisivamente para a massificação das novas tecnologias junto dos jovens portugueses, ou colocou em funcionamento mais 70 unidades de saúde familiares, dando acesso a mais 100 mil portugueses a um médico de família ou que possibilitou a 50 mil idosos mais apoios sociais ou que alargou e aumentou os apoios à maternidade.

Razões para continuarmos a trabalhar de forma redobrada, dando a conhecer o trabalho do PS aos socialistas.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

FAZER A DIFERENÇA

NUM tempo em que o filão das proclamações críticas sobre os pretensos unanimismos ou desbotamentos ideológicos voltou a ser explorado por comentadores avulsos da acção governativa e da sua interacção com os valores programáticos do PS, importa sublinhar algumas acções com forte conteúdo político, através das quais o Governo e Portugal têm usado o seu mandato de Presidência do Conselho Europeu para afirmarem uma agenda cosmopolita, oportuna, moderna e corajosa.

Em primeiro lugar, a presidência portuguesa não se tem limitado a afirmar a dimensão económica do projecto europeu na preparação e na gestão das dinâmicas institucionais ou do novo ciclo da Estratégia de Lisboa, tendo a coragem e a convicção de incorporar a dimensão social e ambiental na sua visão para o futuro do mercado interno e da participação da União Europeia enquanto parceiro activo do processo de globalização.

Em segundo lugar a presidência portuguesa tem apostado com determinação no reforço da dimensão política do projecto europeu, fazendo-o no quadro duma visão moderna de multipolaridade e participação alargada de todos os povos e continentes, desenvolvendo linhas fortes de conexão entre a Europa e o Brasil e entre a Europa e África, com uma estratégia de amarração liderada a partir de Lisboa, além do reforço de outras ligações estratégicas, designadamente com a China, a Índia, a Ucrânia e a Rússia.

Estas duas linhas de acção na política

europeia, entre muitas outras, ilustram uma perspectiva interventiva baseada em valores, princípios e convicções, realizada num contexto difícil de profunda mudança e reforma à escala nacional e internacional, e são conformes à linha programática de transformação económica e preservação do modelo social em curso de aplicação no plano interno.

A agenda de que o PS tem vindo a concretizar no exercício da governação, pela sua riqueza e ambição, ganha com o



sentido crítico e com o escrutínio exigente dos portugueses em geral e dos militantes socialistas em particular. Um escrutínio exigente e rigoroso que não tem forçosamente que conduzir à divergência e à ruptura pública de perspectivas para merecer respeito ou valorização.

Participar de forma activa e construtiva é também uma decisão meritória e politicamente corajosa de fazer a diferença, com o valor acrescentado de constituir um compromisso com a ambição de mudança e progresso que tem marcado a acção governativa.

Mais benefícios fiscais para empresas do interior

VISANDO promover “uma discriminação positiva”, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou na Guarda o aumento dos benefícios fiscais para as empresas já instaladas ou a criar no interior do país, adiantando que estas alterações já constarão no próximo Orçamento de Estado.

“Neste momento, os benefícios fiscais para as actividades económicas no interior do país são de cinco por cento para as empresas que já existem. Vamos aumentá-los para o dobro, para dez por cento”, disse, acrescentando que os benefícios para as novas empresas, “que neste momento são de dez por cento, serão aumentados para 15 por cento”.

José Sócrates falava na sessão de encerramento da cerimónia de assinatura de 17 contratos com empresas e associações comerciais do distrito da Guarda no âmbito do programa de modernização do comércio – MODCOM.

Com estas medidas, o Governo pretende assegurar, segundo o

primeiro-ministro, uma “discriminação positiva” para que o interior do país possa desenvolver-se em condições de igualdade com o resto do país.

“Podemos e devemos dar ao

8

São os distritos abrangidos por esta medida de “discriminação positiva”: Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja

interior do país maior apoio em termos de benefícios fiscais à sua actividade económica e às suas empresas”, afirmou.

“Fazemos isso porque temos consciência da necessidade de fazer uma discriminação positiva a favor do interior do país, para que aqui se localizem actividades eco-

nómicas, para que atraia emprego industrial e para que possa oferecer aos seus cidadãos as mesmas condições de oportunidade que oferece todo o país”, sublinhou.

Sócrates lembrou que a política fiscal de discriminação positiva para o interior lançada pelo Governo de António Guterres “teve resultado, correu bem e manteve-se ao longo destes anos”, mas, frisou, “é preciso agora ter a coragem de ir mais além, de dar ainda melhores condições, melhores benefícios, para que o interior do país possa atrair projectos de qualidade e para que se possa desenvolver”.

Na cerimónia também participou o ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, que salientou que as empresas nacionais estão a ter “um papel verdadeiramente fundamental na retoma da economia portuguesa”, apontando como exemplo os sectores do têxtil e do calçado, que estão a aumentar os índices das exportações.

“Nunca um Governo em Portugal em dois anos e meio de acção e herdando uma governação de desnorte, foi capaz de ter tanto sucesso”

“O grande objectivo da presidência portuguesa passa pela assinatura do Tratado de Lisboa”

Tem uma visão “equilibrada” da Europa e considera que a União não precisa de caminhar no sentido de um modelo federalista, mas de aprofundar o modelo organizativo já alcançado. Para isso, Vitalino Canas afirma ser importante que se dê a assinatura do tratado reformador durante a presidência portuguesa. Em entrevista ao “Acção Socialista”, refere as tarefas importantes que a presidência ainda tem pela frente até Dezembro. No panorama nacional, o porta-voz do PS e deputado destaca o carácter inquestionável da evolução positiva da economia portuguesa, comenta as marcas socialistas da governação e lamenta a crise interna do PSD, considerando-a prejudicial para a democracia.

MARY RODRIGUES



LANÇOU recentemente um livro sobre a Europa em que evidencia uma visão optimista sobre o futuro da União. Em que bases assenta essa sua visão?

A visão que tenho da Europa é, sobretudo, equilibrada. Não sou um federalista, mas também não tenho nenhuma relação com todas aquelas correntes que, de uma forma geral, falam contra a Europa.

Essa minha visão optimista assenta, em primeiro lugar, no passado da Europa e, em segundo lugar, na confiança no futuro.

O passado da Europa é algo que todos consideramos positivo, uma vez que sabemos que a União, agora, e as comunidades europeias, antes, foram as principais responsáveis pelo clima de estabilidade e segurança e prosperidade que se tem conseguido no espaço europeu desde a década de 50.

Por outro lado, as instituições europeias têm todas as condições para – particularmente se for aprovado o Tratado de Lisboa – desenvolver um conjunto de políticas que a projectarão como um parceiro global.

Mas, embora tenha uma visão optimista, não deixo de reconhecer e de assinalar que a Europa, à semelhança de tudo na vida, terá sempre as suas dificuldades.

O PS é a favor ou não de uma Europa federal?

No PS, tal como noutros partidos, há pessoas que defendem uma evolução da Europa no sentido de um

modelo federalista. Existem outras pessoas que entendem que neste âmbito já se foi longe de mais. Eu faço parte talvez do núcleo central do partido que está satisfeito com a situação tal como ela existe.

Não há uma federação de Estados ao nível da Europa, e sim uma organização de natureza nova em relação àquilo que havia até aqui. Essa organização tem potencialidades e virtualidades que podem ser exploradas e creio que essa é a posição central do PS.

Não há necessidade de evoluir para uma situação de federalismo. O que é preciso é aprofundar a solução que existe actualmente.

Acha possível que o novo Tratado possa ser assinado ainda no âmbito da presidência portuguesa da União?

Temos de ter, neste ponto, simultaneamente, uma dose de optimismo e uma de realismo. Creio que não é excessivo considerar que existem sérias possibilidades de que esse tratado possa vir a ser assinado durante a presidência portuguesa.

A ambição do Governo é, como é sabido, que ele seja adoptado já no Conselho Informal de Outubro, mas ainda temos mais alguns meses, até ao próximo Conselho Europeu, em que qualquer dificuldade que surja poderá ser ultrapassada.

Por isso, o grande objectivo nacional durante a presidência da União Europeia passa pela assinatura do Tratado de Lisboa, não obstante as

dificuldades que sabemos que existirão até ao Conselho Informal.

E que mais espera dos próximos meses da presidência portuguesa da UE?

Para além de ver aprovado o tratado reformador da União Europeia, gostaria de ver um conjunto de dossiers muito importantes, senão bem fechados, pelo menos bem conduzidos e encaminhados pela presidência portuguesa.

Há também uma série de cimeiras (com a Rússia, Índia, China e com África) a realizar, sendo a maioria delas consideradas estratégicas para a UE. É importante que a presidência portuguesa promova esses encontros de alto nível com o maior sucesso.

É de salientar, pela sua actualidade e crucialidade para os países europeus, a importância do dossiê da imigração, bem como o lançamento de um novo ciclo da Estratégia de Lisboa, que está a ser preparado pela presidência portuguesa.

Há, por fim, tudo o que diz respeito ao acréscimo de competitividade das economias europeias, incluindo, naturalmente, a nacional e a reponderação das leis do trabalho.

Passando agora à actualidade política nacional, perguntava-lhe: o nosso país está efectivamente a evoluir com sucesso a nível económico?

Neste momento temos todos a percepção que no sector económico temos melhorado com consistência

de uma forma sã. Isto é, o crescimento económico português, hoje, está a basear-se naquilo em que se tem de basear, ou seja, nas exportações e no investimento, já não no consumo interno, embora também se tenham melhorado as condições para que este aumente e com isso melhore a qualidade de vida das famílias portuguesas.

Aliás, os números e os indicadores económicos que vamos conhecendo mostram inequivocamente que existe realmente uma evolução económica positiva na economia portuguesa.

Desde o início de Setembro que tem havido, da parte do Governo, uma série de iniciativas relativas a políticas sociais. Recorde-se a entrega de milhares de computadores nas escolas no âmbito do Plano Tecnológico, a apresentação do PARES II e consequente alargamento da rede de equipamentos sociais de apoio à família e a apresentação de um conjunto de incentivos fiscais para as empresas que se localizem no interior do país. Como devem interpretar-se estes factos?

A meu ver, o Governo tem dado um sinal muito claro de diferenciação relativamente ao estado da oposição. Enquanto esta, a vários níveis, se vai degladiando internamente, sem vontade nem capacidade de ser alternativa, o Governo tem vindo a demonstrar, com factos e medidas concretas, que é a alternativa a si mesmo. Ou seja, o Governo não se cansa

de emprender novas iniciativas, mantendo, ao mesmo tempo, o seu ímpeto reformista.

Basta, aliás, olhar para o “Diário da República” de Agosto passado para verificar a enorme quantidade de reformas de natureza legislativa que foram publicadas e, já neste início de Setembro, enquanto os outros partidos se dedicaram a fazer *reentrés* mais ou menos folclóricos, o Executivo simplesmente governa, evidenciado assim que tem capacidade para perceber os problemas do país e para encontrar as soluções a esses problemas.

Que comentário lhe merece o actual estado do PSD, principal partido da oposição, neste período pré-eleitoral interno?

Não me compete comentar a situação interna do PSD que, evidentemente, é uma situação que não deve deixar felizes os militantes e simpatizantes desse partido.

Apenas me compete comentar, neste caso, a total ausência de iniciativa e novas ideias que temos sentido da parte do PSD.

O principal partido da oposição tem sido incapaz de apresentar perante os portugueses uma medida ou ideia alternativa às que nós, no Governo, temos apresentado ao país e para o país.

Esta situação não é positiva para a vida democrática portuguesa, pelo que espero que o PSD possa reconverter-se e possa melhorar a sua *performance*.

Fazer de Portugal um país melhor

Em dois anos e meio de Governo há “boas razões” para acreditar que Portugal “está a ganhar o desafio económico e orçamental”, afirmou José Sócrates na sessão de abertura de mais uma edição das Novas Fronteiras, que marcou o arranque socialista do ano político. O primeiro-ministro sublinhou que pela primeira vez em 30 anos haverá dois anos consecutivos sem orçamento rectificativo, assegurou que irá continuar a “agenda de reformas e a política de rigor” e reiterou o ideal de “construir mais oportunidades para todos”.

J. C. CASTELO BRANCO

DISCURSANDO no Centro de Reuniões da FIL completamente cheio, no Parque das Nações, em Lisboa, o primeiro-ministro e líder do PS afirmou que “estamos a ganhar o desafio das reformas” e os “resultados estão à vista”. A execução orçamental mostra que “vamos cumprir o objectivo da redução do défice orçamental para 3,3 por cento do PIB”, consolidando as contas públicas, “sobretudo do lado da despesa”.

E adiantou que “os dados do crescimento mostram um crescimento em cadeia superior à média da zona euro – e um crescimento virtuoso que continua a assentar no aumento das exportações, mas que regista agora uma novidade: o investimento já é positivo e o investimento privado está em franca aceleração”.

Com os dados já conhecidos da execução orçamental, Sócrates afirmou estar em condições de assegurar que, tal como no ano passado, “não vamos apresentar orçamento rectificativo”, salientando que “pela primeira vez, em 30 anos, não há orçamento rectificativo em dois anos consecutivos”.

Para o primeiro-ministro, “isto diz tudo sobre uma verdadeira política de rigor e de disciplina, de quem quer pôr as contas do Estado em ordem”.

E frisou que “estes resultados não caíram do céu”, já que “são bem reais e mostram o acerto do caminho de reformas e de rigor que seguimos, mas que não chegou ao fim”.

O secretário-geral do PS realçou ainda a política de promoção de igualdade de oportunidades para todos levada a cabo pelo Governo, adiantando que é assim que “se promove a justiça social, que se combatem as desigualdades, que se reduzem os riscos de pobreza e exclusão”.

Por outro lado, Sócrates anunciou que no próximo OE “aumentarão os incentivos fiscais para a instalação

de empresas no interior do país”, o “investimento público crescerá com moderação” e a “acção social escolar, no básico e secundário, será reforçada”.

O líder do PS abordou ainda “o mau caminho das oposições”, acusando a direita de “agitar o fantasma da insegurança”, que revela apenas “o desespero de ideias e de temas próprios” e a “esquerda imobilista” por exibir a sua “tradicional hostilidade à esquerda democrática e socialista”, uma postura que não conseguirá, no entanto, “apagar os resultados da política do PS para aumentar as oportunidades para todos”.

A terminar a sua intervenção, Sócrates reiterou o empenhamento do Governo em “construir mais oportunidades para todos”, de forma a que “todos possam contribuir, com os seus projectos, com o seu talento, com a sua iniciativa, com o seu trabalho para fazermos de Portugal um país melhor”.

No Fórum Novas Fronteiras estiveram em debate dois painéis temáticos. No painel “Novas políticas sociais”, moderado por João Proença, participaram Edmundo Martinho, presidente do Instituto da Segurança Social, e Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, enquanto no painel “Educação para todos”, moderado por Sérgio Sousa Pinto, foram oradores João Formosinho, da Universidade do Minho, e João Guerreiro, reitor da Universidade do Algarve.

Vitorino e Canotilho elogiam agenda reformista

A ideia de que as reformas do Governo vão no bom caminho dominou as intervenções de António Vitorino e Gomes Canotilho na sessão de encerramento. Na sua intervenção, o ex-comissário europeu sublinhou que mais esta edição das Novas Fronteiras é a prova de que “levamos a sério a ideia de que em democracia se prestam contas”,



acrescentando que se sente no país “a contagem decrescente para a prestação de contas em 2009”, quando terão lugar as legislativas”.

Segundo António Vitorino, ao longo destes dois anos e meio de governação, foram criadas condições para a “credibilidade do Estado”, designadamente através da “questão das contas públicas, onde o Governo usou uma linguagem de verdade” e seguiu “um percurso que altera o padrão da nossa economia, com um crescimento baseado nas exportações”.

Numa intervenção plena de humor e ironia corrosiva, Vitorino disse que na direita reina “o nervosismo e desorientação”, bem patente na campanha para a liderança do PSD. E avançou que o “problema central” da direita é não ter sabido “tirar as devidas ilações da sua última desastrosa governação” e “estar em dessintonia com o país”, porque “é irrealista vender a ideia de que há soluções fáceis ou indolores”.

Já nos partidos à esquerda do PS, segundo o ex-comissário europeu, “cresce o sentimento de frustração”,

“As Novas Fronteiras são uma dinâmica de abertura do Partido Socialista que permanece viva”

JOSÉ SÓCRATES

assistindo-se no Bloco de Esquerda a “um fenómeno de envelhecimento precoce” e no PCP a “uma linguagem desbragada”.

E sublinhou que a esquerda moderna “faz da igualdade de oportunidades a questão central das suas políticas”.

Por seu turno, o constitucionalista Gomes Canotilho disse que “estamos no epicentro de uma política moderna e reformista” e que a acção deste Governo “recuperou a ideia de governabilidade, assumindo a responsabilidade da boa governação, que se pauta por uma direcção justa e sustentada dos recursos do Estado”.

“A direita sempre vendeu a ideia

que só ela é que sabe governar, que tem rigor, mas com este Governo demonstrou-se o contrário”, acrescentou.

E destacou duas dimensões da acção do Executivo: a dimensão da “boa governação” e a dimensão da “assunção plena do ímpeto reformista”.

Segundo Canotilho, nos próximos dois anos “devemos fazer mais pelas novas desigualdades entre gerações, entre rendimentos e entre territórios”, referindo que “seria trágico se não continuarmos nesta perspectiva da igualdade de oportunidades para todos”.

O constitucionalista elogiou ainda a “profunda reforma” levada a cabo na educação, nomeadamente no ensino superior, sublinhando que “não há nenhuma proposta de governação das universidades por parte da oposição, há apenas críticas”.

HOMENAGEM A EDUARDO PRADO COELHO

NA SESSÃO de encerramento foi prestada uma singela homenagem a Eduardo Prado Coelho, “um amigo que partilhou desafios e sonhos, um espírito lúcido e clarividente”, como lhe chamou António Vitorino, com imagens do seu percurso de intelectual empenhado na vida cívica e política, nomeadamente da sua última intervenção nas Novas Fronteiras, onde falou de cultura. A memória de Eduardo Prado Coelho continua connosco.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>